



VII - ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE  
NOS SERVIÇOS AO CIDADÃO





## VII – ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E QUALIDADE NOS SERVIÇOS AO CIDADÃO

### 1. Eficiência na aplicação dos Recursos Públicos

O compromisso do Estado para equacionar o desafio imposto pelas demandas sociais crescentes e pela limitação de recursos disponíveis reflete a importância da qualidade do gasto público. Nesse sentido, foi criado o Programa de Eficiência do Gasto Público (PEG), que visa a melhorar a qualidade do gasto público, por intermédio da eliminação do desperdício e da melhoria contínua da gestão dos processos, com a finalidade de otimizar a prestação de bens e serviços aos cidadãos.

O programa já foi implementado em 53 organizações, sendo 35 institutos de ensino superior, 15 institutos federais de educação, ciência e tecnologia, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Educação (SAA/MEC). Com a adoção dessas medidas, o Governo já economizou cerca de 8,6 milhões por meio da redução de desperdícios.

No sentido de alavancar os recursos para aumentar a capacidade de investir em obras e serviços de infraestrutura, o Governo tem nas Parcerias Público-Privadas (PPP) um dos meios de financiamento de projetos. Para tanto, foram celebrados, pela União, acordos de cooperação técnica com Estados e órgãos setoriais e entre o Estado da Paraíba e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Estado de Alagoas e o BNB, e com o Estado da Bahia.

O Consórcio Datacenter foi o primeiro projeto de PPP da esfera federal, formado pelo Banco do Brasil S.A. e pela Caixa Econômica Federal, assinado na modalidade de concessão administrativa. O Projeto de Irrigação Pontal, no Município de Petrolina (PE), deverá ter seu termo de contrato assinado na primeira quinzena de janeiro de 2011, e o Projeto Esplanada Sustentável, definido como prioritário para execução no regime de PPP, teve o extrato do procedimento de manifestação de interesse publicado para a apresentação de projetos pelos interessados.

Estão em fase de estudos, para posterior contratação, os projetos Rodoviário Transcerrados do Estado do Piauí, Plataforma Logística São Francisco/Juazeiro (BA) e Sistema Geoestacionário Brasileiro (SGB), na estruturação e modelagem para o setor espacial da Agência Espacial Brasileira.

A fim de compartilhar conhecimentos, lições aprendidas e melhores práticas para promover o acesso a serviços básicos e infraestrutura, foram realizados o Seminário Internacional PPP Américas 2010 – As Parcerias Público-Privadas no Brasil e na América Latina: Desafios e Perspectivas, com a participação de 180 representantes de 17 países, e um *workshop* em Londres. No setor de saúde, foi promovido o Seminário Internacional PPP Saúde 2010, com o objetivo de apresentar estudos de casos de parcerias dessa natureza em hospitais, no México, Portugal, Chile, Colômbia e Brasil.

Para 2011, as iniciativas relativas às PPP que terão destaque são: i) acompanhamento da contratação do Projeto Irrigação Pontal, no Município de Petrolina (PE); ii) finalização do edital e contrato para licitação como concessão administrativa do Projeto Rede de TV Pública Digital (RTVDB), pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC); e iii) conclusão da estruturação dos projetos Satélite Geoestacionário Brasileiro (SGB/AEB/MCT), Plataforma Logística do São Francisco (BA) e Rodovia Transcerrados (Estado do Piauí e BNB).

No que se refere à captação de recursos externos para o financiamento de projetos de investimento, foi dada continuidade à postura criteriosa com relação às novas aprovações de financiamentos, tendo em vista o redirecionamento federativo e setorial desses recursos.





Nesse contexto, a Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX) recomendou a preparação de 36 novas operações de financiamento externo, representando cerca de US\$ 1,3 bilhão de novos financiamentos, gerando projetos com custo total de aproximadamente US\$ 2 bilhões. Foram contratadas com Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento (OFID) 51 operações de financiamento externo, equivalentes a cerca de US\$ 7,7 bilhões. Desse total, a exemplo dos últimos anos, a maior participação nos recursos coube aos Estados (66,7%, em 34 operações), seguida dos Municípios (19,6%, em dez operações) e da União (13,7% em sete operações).

O Brasil continuou com a política de fortalecimento das relações com os organismos financeiros internacionais. Nesse sentido, o Brasil participou da nona recomposição de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do sexto aumento de capital do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), da recapitalização da Corporação Andina de Fomento (CAF), da décima segunda recomposição de capital do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD), da quinta recomposição do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e da negociação do acordo de cooperação Sul-Sul, com o Banco Africano de Desenvolvimento (FAD).

Como parte do esforço empreendido para a busca de maior eficiência na aplicação dos recursos públicos, foram desenvolvidas, também, ações direcionadas à implementação de melhorias no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), no Portal de Compras do Governo Federal (COMPRASNET), no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parcerias (SICONV) e no Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), com o desenvolvimento de diversas novas funcionalidades e migração de plataforma de alguns módulos operacionais, com uso de tecnologia mais eficiente e atualizada. No ano de 2010, houve economia de cerca de R\$ 4,2 bilhões para o Governo Federal com o uso do pregão eletrônico, valor esse estimado pela diferença entre os valores de referência e os valores efetivamente homologados.

Para 2011, estão previstas: i) a implantação do modelo de compras compartilhadas; ii) a ampliação do programa de contratações sustentáveis; iii) a implantação e a revisão do Sistema de Registro de Preços em normas e de funcionalidades do sistema; iv) a revisão da legislação e regulamentos da licitação de modalidade pregão; v) a implantação da nova metodologia de valor de referência; vi) a complementação dos sistemas para atender a todas as alterações de benefícios de micro e pequenas empresas e de processo produtivo básico nos termos do Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010; vii) a instrumentalização da aplicação da Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, que altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, após a regulamentação; viii) a implantação do novo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF); e ix) a conclusão do novo Sistema de Gerenciamento de Dados de Catalogação (SGDC-P) e sua integração ao SIASG.

Em 2010, foi dado seguimento aos trabalhos de aplicação dos procedimentos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), visando à convergência da Contabilidade Pública às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Foram desenvolvidas rotinas, elaboradas orientações normativas e realizados cursos de capacitação para aplicação dos novos procedimentos ainda no exercício contábil de 2010.

Além disso, foram implementadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) as transações que automatizarão a produção dos Demonstrativos do Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2001 (GFSM 2001), com o objetivo de promover maior transparência e conhecimento das finanças e das operações governamentais.

Também em 2010, foi disponibilizado para os usuários o Sistema de Custos para a Administração Pública Federal (SIC), com o intuito de fornecer instrumentos aos gestores públicos para a melhoria da qualidade e o aumento da eficiência do gasto público. O processo de capacitação desenvolvido para os usuários do SIC envolve órgãos da administração direta de todos os poderes, os quais são representados por Comitês de Servidores, que serão responsáveis pela validação das informações de cada órgão.





## a) Arrecadação Tributária Federal

A arrecadação bruta dos impostos e contribuições administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) atingiu a cifra de R\$ 778,9 bilhões no período de janeiro a dezembro de 2010. O desempenho da arrecadação, comparado com o mesmo período de 2009, apresentou variação real acumulada, atualizada pelo IPCA, de 10,4%. O resultado da arrecadação foi decorrente, principalmente, da conjugação dos seguintes fatores: i) crescimento de 14,43% no volume geral de vendas no período de dezembro de 2009 a novembro de 2010, em relação ao período de dezembro de 2008 a novembro de 2009; ii) compensações nos pagamentos da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), nos primeiros meses de 2009, mediante a utilização de créditos oriundos de pagamentos a maior; iii) aumento das alíquotas do IOF para 6% nas liquidações de operações de câmbio para ingresso de recursos no País, realizadas por investidor estrangeiro, para aplicação no mercado financeiro e de capitais; iv) crescimento de 11,71% na produção industrial no acumulado de dezembro de 2009 a novembro de 2010 em relação a dezembro de 2008 a novembro de 2009; e v) aumento nominal de 13,23% na massa salarial de dezembro de 2009 a novembro de 2010 em relação a igual período do ano anterior, conforme Pesquisa Mensal de Emprego (PME) realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em relação às medidas de desoneração tributária estabelecidas no ano de 2010, convém destacar: i) dedução do imposto de renda devido referente às doações aos Fundos do Idoso; ii) redução da alíquota específica da Cide sobre gasolina; iii) redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre móveis; iv) prorrogação da desoneração de IPI sobre bens de capital, caminhões, veículos comerciais leves e materiais de construção; v) desoneração das subvenções governamentais direcionadas às atividades de pesquisa tecnológica; vi) desoneração das atividades de construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol no âmbito do Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol (Recom); vii) desconto do crédito presumido de PIS/Cofins para os produtores de carne e couro; viii) alíquota zero para o PIS/Cofins incidente sobre serviço de transporte de trens de alta velocidade; e ix) ampliação do limite máximo do valor do imóvel com possibilidade de aquisição através do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCV).

## b) Resultado Fiscal

Durante o ano de 2010, a política fiscal do Governo Federal foi conduzida num cenário de retomada do crescimento econômico no ambiente pós-crise financeira internacional. Os indicadores de atividade econômica apontam para uma forte recuperação do crescimento do PIB em 2010, com variação esperada de 7,5%.

No que diz respeito à política fiscal, a Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009 (LDO-2010), estabeleceu meta de superávit primário para o setor público consolidado de 3,3% do PIB. Em novembro de 2010, a Mensagem nº 647/2010, posteriormente convertida na Lei nº 12.377, de 30 de dezembro de 2010, alterou a meta de superávit primário de 2010 para 3,10% do PIB, sendo 2,15% para o Governo central e zero para as Estatais Federais não-financeiras.

Em relação à meta para as Estatais Federais, destaca-se a exclusão das empresas do Grupo Eletrobrás da apuração do resultado primário. Nesse contexto, propôs-se, adicionalmente, que as demais empresas estatais federais do setor produtivo mantivessem equilíbrio fiscal com resultado primário neutro para o conjunto das mesmas.

Até novembro de 2010, o resultado primário realizado do setor público consolidado foi de R\$ 90,8 bilhões. Tal resultado implicou a redução da Dívida Líquida do Setor Público (DLSP), como proporção do PIB, de 42,8%, em dezembro de 2009, para 40,1%, em novembro de 2010. Dessa forma, 2011 será um ano de consolidação fiscal, com aceleração de investimentos estratégicos e fortalecimento da poupança pública.





### c) Administração da Dívida Pública

Conforme afirmado no Plano Anual de Financiamento 2010 (PAF), o gerenciamento da Dívida Pública Federal (DPF) tem como objetivo minimizar os custos de financiamento no longo prazo.

Até novembro de 2010, os indicadores encontram-se dentro das metas estabelecidas, com destaque para o incremento na participação de títulos prefixados na DPF, e sua contrapartida, a diminuição na proporção de dívida remunerada pela taxa de juros Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic). A dívida remunerada por índices de preços manteve seu peso relativo na DPF praticamente estável, enquanto se observou a diminuição da participação da dívida com remuneração atrelada à variação da taxa de câmbio na DPF. No período de dezembro de 2009 a novembro de 2010, o estoque da DPF cresceu nominalmente 11,28%, principalmente pela combinação da apropriação de juros e da emissão líquida do ano. O prazo médio permaneceu praticamente estável durante o ano, e registrou 3,5 anos em novembro de 2010. Por sua vez, o percentual vencendo em 12 meses encontra-se em 23,53% em novembro, devendo aproximar-se do limite inferior estabelecido no PAF até o final de 2010.

Quanto às perspectivas para 2011, o alongamento do prazo médio da DPF e a redução de seus vencimentos no curto prazo, bem como a continuidade da substituição gradual dos títulos indexados à taxa Selic por outros prefixados e atrelados a índices de preços permanecem como diretrizes na estratégia de emissão da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi).

### d) Fortalecimento do Investimento Público

A taxa de investimento do Governo Federal em proporção do Produto Interno Bruto (PIB) elevou-se consistentemente nos últimos anos, e atingiu 3,34% do PIB em novembro de 2010. Os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) alcançaram 0,55% do PIB no mesmo período. Simultaneamente, ocorreu a recuperação da capacidade de investimento das empresas estatais, que no acumulado até novembro de 2010 perfazia 2,14% do PIB. A estimativa para o ano de 2010 é de investimento da União no montante de R\$ 49,1 bilhões no País e das Estatais Federais de R\$ 73,1 bilhões, perfazendo R\$ 122,2 bilhões para o Governo Federal. Essa cifra é a maior desde o início do Plano Real, e o triplo da registrada no mesmo período de 2000. Considerando a parcela de investimentos realizados por Estados e Municípios com recursos próprios, a estimativa é de que, ao final de 2010, a taxa de investimento público esteja próxima a 5% do PIB, o melhor resultado desde 1994.

Tais números evidenciam que o investimento público brasileiro ascendeu a novo patamar, especialmente após o lançamento do PAC. O papel indutor do Estado imprimiu nova dinâmica aos investimentos no Brasil, em especial na área de infraestrutura. Nesse contexto, é fundamental o investimento da Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras), com um robusto plano de investimentos programado até 2014, em decorrência da exploração do Pré-Sal. Além disso, os bancos públicos, com destaque para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), continuam a apoiar, de forma indireta, os investimentos do País com seus financiamentos, contribuindo para que a retomada do crescimento ocorra com o alargamento da capacidade produtiva da economia para o futuro, permitindo, também, a construção da infraestrutura necessária para os grandes eventos esportivos previstos para ocorrer no País em 2014 e 2016.

Para os investimentos voltados ao setor energético, o Conselho Monetário Nacional (CMN) concedeu autorização para: i) a concessão de garantias por empresas estatais de energia elétrica a sociedades especificamente constituídas para realização de investimentos vinculados ao Programa de Geração e Transmissão de Energia Elétrica, no âmbito do PAC; e ii) a liberação de R\$ 1,5 bilhão em crédito para investimentos vinculados ao PAC. Além disso, para atender à demanda decorrente da realização da Copa do Mundo FIFA 2014, ampliou-se em R\$ 350 milhões a oferta de crédito às empresas estaduais de energia de Estados que têm cidades-sede, garantindo condições financeiras para a realização dos investimentos necessários em geração, transmissão e distribuição de eletricidade.





As perspectivas futuras apontam para o reforço da gestão e dos investimentos do PAC, cuja coordenação passa para o Ministério do Planejamento a partir de 2011. O PAC conta com um novo conjunto de investimentos para o período 2011-2014, denominado PAC 2, com o intuito de manter a estratégia de indução do investimento público e privado, de manutenção da taxa de crescimento do PIB e de geração de emprego. Em que pese o sentido de continuidade do programa, mantendo a participação significativa dos investimentos no eixo energia, cabe destacar o aumento do investimento no eixo social e urbano. Foram anunciados R\$ 955 bilhões em investimentos até 2014, distribuídos nos seguintes eixos: Energia; Transporte; Água e Luz para Todos; Minha Casa, Minha Vida; Comunidade Cidadã e Cidade Melhor.

No que se refere ao fortalecimento da gestão administrativa e fiscal dos Municípios, merece destaque o Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros (PNAFM), o qual tem por objetivos: i) criar condições para que as administrações municipais possam alcançar maior autonomia no financiamento do gasto público, por intermédio de receitas próprias, e melhorar o desempenho de suas funções sociais, especialmente no atendimento ao cidadão e ao contribuinte; ii) estruturar minimamente a gestão administrativa e fiscal dos Municípios, sobretudo naqueles com extrema dependência de transferências de recursos, de modo a aprimorar a execução de políticas oriundas do Orçamento da União; iii) contribuir para reduzir as disparidades técnicas e operacionais existentes entre as várias administrações fiscais municipais e para que se estabeleçam as bases para a integração dos diferentes sistemas fiscais; e iv) favorecer a transparência da gestão pública e o controle social. A implementação da segunda fase do PNAFM, inicialmente prevista no montante de US\$ 450 milhões, foi aprovada pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX) em março de 2009. A “carteira de pleitos” registra demandas de 30 Municípios e totaliza cerca de US\$ 290 milhões. A partir de 2011, será aplicado o PNAFM Territorial por meio de parceria entre o Ministério da Fazenda e o Programa Territórios da Cidadania

#### e) Apoio aos Estados e Municípios

Para auxiliar os entes federados, objetivando a manutenção dos programas de investimentos em curso e a aplicação de recursos em educação, o Governo Federal destinou aos Estados e ao Distrito Federal R\$ 1,6 bilhão, por intermédio da Lei nº 12.306, de 6 de agosto de 2010, a título de auxílio financeiro, dos quais R\$ 800 milhões foram distribuídos por critério do Fundo de Participação Estadual (FPE) e outros R\$ 800 milhões no âmbito do Programa Especial de Fortalecimento do Ensino Médio. Outras medidas importantes de apoio foram: i) a abertura de linha de crédito de R\$ 4 bilhões para o financiamento de contrapartidas de obras do PAC e do PCMV; ii) a ampliação do prazo de contratação de operações de crédito previstas nos Programas de Ajuste Fiscal para 31 de dezembro de 2010 e as previstas do Programa Emergencial de Financiamento para 31 de junho de 2011; iii) a retirada do prazo limite para contratação de operações de crédito no âmbito do Programa de Modernização da Administração das Receitas da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais (PMAE); e iv) o apoio à reestruturação produtiva em cidades atingidas por fortes chuvas nos Municípios dos Estados de Alagoas e de Pernambuco, por meio de autorização para contratação de até R\$ 600 milhões em operações de crédito subvencionadas no âmbito do Programa de Sustentação do Investimento (PSI).

#### f) Dívida Ativa da União

Em relação à Dívida Ativa da União (DAU), a arrecadação de 2010, acumulada até o mês de dezembro, apresentou o montante aproximado de R\$ 16,2 bilhões, sendo que cerca de R\$ 4,2 bilhões referentes aos créditos em parcelamentos especiais; R\$ 4,1 bilhão referente aos créditos não previdenciários, inclusive os que estão em parcelamentos ordinários; R\$ 581,9 milhões relativos à arrecadação de créditos previdenciários; e R\$ 10,8 bilhões oriundos de valores arrecadados em depósitos judiciais.





O estoque da DAU registra o montante aproximado de R\$ 880,6 bilhões, composto pelas inscrições de créditos não previdenciários no montante aproximado de R\$ 692,5 bilhões e por inscrições de créditos previdenciários equivalentes a cerca de R\$ 188,1 bilhões.

### g) Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF)

O Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) tem por objetivo mobilizar e formar a consciência fiscal e social, propiciando a participação do cidadão no funcionamento e aperfeiçoamento dos instrumentos de controles social e fiscal do Estado. Em 2010, na modalidade de educação à distância, foram treinados 1.200 auditores, capacitados 11 mil disseminadores de educação fiscal nos Estados e 500 lideranças em educação fiscal no Programa de Formação de Dirigentes Fazendários (PDFAZ). No âmbito do Programa de Educação Financeira nas Escolas, foi iniciado, em agosto de 2010, o projeto piloto que abrange 900 escolas públicas do ensino médio do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, São Paulo e Tocantins, com o objetivo de ensinar os alunos a planejar o futuro e a tomar decisões de consumo, poupança e investimento. O projeto Cidadania Fiscal, em 2010, capacitou 300 alunos de escolas públicas do Distrito Federal nos temas educação fiscal, cidadania, meio ambiente e estrutura do Parlamento. Deu-se ainda continuidade ao Prêmio ESAF de Monografias em Educação Fiscal, com premiação dos trabalhos vencedores de R\$ 44,5 mil.

## 2. Informatização de Serviços – Investimento em TI

A Política de Tecnologia da Informação e Comunicação da Administração Pública Federal foi prioridade do Governo, com o foco de promover a cidadania digital, por meio de ações de inclusão digital e da oferta de serviços eletrônicos, possibilitando o atendimento rápido e conclusivo aos diversos públicos. Com o objetivo de aumentar a transparência da ação governamental e a participação do cidadão nas políticas públicas, foram definidas diretrizes para padronização dos portais de disseminação de dados e informações à sociedade, alinhadas com as experiências internacionais de dados abertos, com a incorporação de padrões abertos e a possibilidade de reutilização dos dados em aplicativos desenvolvidos pela sociedade.

O Portal de Serviços e Informações de Governo – Rede Governo permanece como principal fonte oficial de informações sobre o Programa Governo Eletrônico e sobre o Sistema de Recursos de Administração em Informática (SISP). Visando a aglutinar iniciativas de participação popular, tais como audiências públicas, fóruns, ouvidoria, fale conosco e outros, foi disponibilizado portal na Internet (<https://www.consultas.governoeletronico.gov.br/ConsultasPublicas/index.do>) destinado à realização de consultas públicas.

O Rede Governo continua em operação desde 2000 e vem recebendo apenas as atualizações de informações, pois será substituído em breve pelo Guia de Serviços Públicos. Ressalte-se que a parte qualitativa da Pesquisa Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC e-Gov 2010) apontou uma boa percepção dos usuários em relação a esse ambiente.

Dando continuidade ao projeto de compilação de um conjunto de documentos, visando a qualificar as estruturas e os conteúdos dos portais, sítios e serviços da Administração Pública Federal, foram disponibilizadas à sociedade mais duas cartilhas dos Padrões Brasil e-Gov e estão em elaboração a Cartilha de Desenho e Arquitetura da Informação e os Arquivos Bases de Apoio.

O Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico (e-Mag) foi revisado e colocado em consulta pública sob a versão 3.0, adequando-se ao *Web Content Accessibility Guidelines* (WCAG 2.0), do consórcio internacional de padrões para internet W3C.

O censo da *Web* varreu os domínios registrados sobre o <.gov.br> e aportou subsídios para formulação de políticas públicas, com destaque para as questões de acessibilidade, interoperabilidade, tipo de servidores utilizados nas organizações, tecnologias mais utilizadas no desenvolvimento de portais e sítios públicos, entre outras.





Em 2010, manteve-se a prática de avaliação qualitativa de portais, sítios e serviços, com destaque à avaliação qualitativa do Portal Brasil, dos portais dos Ministérios da Saúde e da Previdência Social, da Secretaria de Direitos Humanos, da Fundação Nacional do Índio, do Conselho Nacional de Arquivos e Arquivo Nacional, entre outras.

O redesenho do Portal do Software Livre do Governo Federal ([www.softwarelivre.gov.br](http://www.softwarelivre.gov.br)) possibilitou a adoção de tecnologias *web* mais modernas, tornando-o referência para acompanhamento, controle e difusão do software livre na sociedade, e ampliou o número de soluções disponíveis de 34 para 42 e mais de 90 mil cadastros válidos, o que tem contribuído para racionalizar a contratação de software pela administração pública.

O uso e o desenvolvimento prático do software livre tiveram como destaque a automação bancária do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal; os processos de migração de correio eletrônico no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), na Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev), nas Forças Armadas e na Itaipu Binacional, entre outras; e o uso de ferramentas disponibilizadas no Portal do Software Público, com destaque para o Sistema de Inventário (CACIC), o Sistema de Gestão de Contratos (OASIS) e o Sistema de Gestão de Demandas (SGD).

No que se refere à Arquitetura de Interoperabilidade de Governo Eletrônico (e-PING), aprofundou-se a estratégia de sua disseminação entre os órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP), por meio da realização de palestras, da promoção de Curso de Interoperabilidade e da publicação de um livro com casos de sucesso de implantação de soluções tecnológicas baseadas na e-PING.

Ampliou-se, também, a participação dos Governos estaduais na sua construção, por intermédio de um grupo de trabalho denominado GT ABEP (Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação). O desenvolvimento de serviços públicos alinhados com os preceitos do Decreto n.º 6.932, de 11 de agosto de 2009, que dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão, levou ao início do desenvolvimento de projeto piloto, com conjunto de serviços de grande impacto para o cidadão, em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

A Rede de Comunicação do Governo Federal (INFOVIA) ganhou novos contornos e desafios com o lançamento e implementação do Plano Nacional de Banda Larga (PNBL) e a reformulação da Telebras, que será responsável pela implantação e gestão da rede. Nesse contexto, o avanço da rede vem agregando novo gerador de economia dos gastos públicos com serviços de telecomunicações no Governo Federal, da ordem de R\$ 16 milhões anuais.

Em 2010, mais 16 órgãos foram agregados à INFOVIA Brasília e ingressaram no Serviço de Voz da INFOVIA mais três órgãos, totalizando 38 que realizam ligações entre si sem custos. Outro resultado benéfico da discussão sobre a implantação da INFOVIA Brasil foi o fato de as grandes empresas do setor de telecomunicações começarem a ofertar, no mercado atacado de Internet, serviços com preços e qualidades melhores para outros pequenos provedores de serviço de Internet, que atuam fora dos grandes centros urbanos. Em 2011, buscar-se-á expandir o número de acessos da rede INFOVIA Brasília para mais 15 órgãos.

### 3. Transparência na Administração e Controle Social

Em 2010, foi encaminhado ao Congresso Nacional documento denominado Orçamento ao Alcance de Todos, juntamente com a proposta orçamentária para 2011. Essa publicação, com linguagem mais acessível ao cidadão, tem por objetivo propiciar maior compreensão sobre os dados orçamentários a todos os setores da sociedade que têm interesse em saber onde o Governo Federal





aplica os recursos arrecadados. Para 2011, pretende-se dar continuidade à produção e distribuição da revista Orçamento ao Alcance de Todos, que alcançou, em 2010, a marca de 1,2 mil exemplares distribuídos.

No sentido de estimular o exercício da cidadania, a interação com Estados, Municípios e sociedade civil, mantendo a transparência das informações, foi desenvolvida a Escola Virtual da Secretaria do Orçamento Federal (SOF), que vai ajudar a capacitar profissionais responsáveis pela gestão orçamentária, bem como representantes da sociedade. Pela Internet, a escola atua em todo o País por meio de cursos à distância sobre orçamento público. A Escola Virtual pretende, também, contribuir para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e dos processos orçamentários nas esferas federal, estadual e municipal.

Na busca de maior eficiência, agilidade e, especialmente, maior transparência ao processo de liberação de recursos para Estados, Municípios e organizações não governamentais (ONGs), o Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria (SICONV), disponível no Portal de Convênios ([www.convenios.gov.br](http://www.convenios.gov.br)), encontra-se operando e vem sendo plenamente utilizado por seu público-alvo.

Instituído pelo Governo brasileiro em 2004, o Portal da Transparência, considerado um dos principais instrumentos de promoção do acesso à informação e da transparência pública, continuou, em 2010, em processo de aprimoramento sistemático. Pesquisa feita pelo *International Budget Partnership* (IBP), em 2010, classificou o Brasil em 9º lugar em um *ranking* de 94 países que tiveram o seu grau de transparência do orçamento público analisado pelo IBP. Ainda em 2010, o Portal foi considerado o melhor site de transparência pela ONG Contas Abertas, que criou um Índice de Transparência (IT) para comparar sites dos governos federal, estaduais e municipais. Pelo Portal da Transparência qualquer cidadão pode consultar dados referentes à execução financeira do Governo Federal.

Em 2010, o portal recebeu quase 3 milhões de visitas e revelou recursos no montante de R\$ 7,7 trilhões, com informações atualizadas diariamente, em linguagem simples e compreensível a qualquer cidadão, permitindo completa visibilidade das despesas realizadas pelo Governo Federal. Além disso, registrou mais de 33,6 mil cidadãos cadastrados para receberem informações sobre repasses decorrentes de convênios federais. Entre as inovações processadas em 2010, destacam-se: i) seções específicas que permitem ao cidadão acompanhar os investimentos do Governo Federal feitos para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016; ii) inclusão da consulta Informações Diárias, com a divulgação de dados relativos à execução da despesa orçamentária; iii) inclusão da consulta por programas; iv) disponibilização de fácil acesso aos *downloads* dos dados do Portal; e v) disponibilização de dados do Portal em gráficos.

Outro importante instrumento de promoção da transparência pública são as Páginas de Transparência, que, em 2010, totalizaram 442. Por meio dessas páginas, os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal disponibilizam dados sobre a execução orçamentária e financeira, licitações, contratos, convênios, diárias e passagens em seus sítios na Internet.

Salienta-se, ainda, o Cadastro de Empresas Inidôneas ou Suspensas (CEIS), que consolida a relação das empresas que sofreram sanções pelos órgãos e entidades da administração pública das diversas esferas federativas. O quantitativo de penalidades divulgadas passou de 1.063 no final de 2008 para 3.757 em dezembro de 2010. Em 2010, o CEIS passou a apresentar informações com as penalidades de impedimento de contratar e licitar com a administração pública, aplicadas a pessoas físicas condenadas em ação judicial de improbidade administrativa. Em dezembro de 2010, esses registros representaram 1.468 penalidades, o equivalente a 39% do Cadastro.

Para 2011, pretende-se continuar o aprimoramento do Portal da Transparência mediante a implantação de novas consultas, melhoria do banco de dados, interfaces e disponibilização de ferramentas para cruzamento de dados e o *download* dos dados brutos.





O Governo Federal prosseguiu, em 2010, estimulando o controle social da gestão pública, mediante o Programa Olho Vivo no Dinheiro Público. O programa, realizado por meio de capacitações presenciais, educação à distância e distribuição de cartilhas e materiais didáticos, já beneficiou, de 2004 a 2010, mais de 1.639 Municípios e capacitou mais de 37 mil cidadãos. Adicionalmente, em 2010 o Brasil intensificou ações para promoção da ética e da consciência cidadã junto ao público infanto-juvenil, com destaque para: i) Portalzinho da Criança Cidadã, com média de cinco mil acessos/mês; ii) Concursos de Desenho e Redação, conduzidos desde 2007; iii) Concursos Culturais do Olho Vivo nos Estados; iv) Dia da Criança Cidadã, realizado anualmente, desde 2008, em Brasília e em alguns outros Estados; e v) Projeto em parceria com o Instituto Cultural Mauricio de Sousa, denominado “Um por todos e todos por um! Pela ética e cidadania”, iniciado em 2009. Tais ações envolveram, ao término de 2010, mais de 990 mil alunos e 31 mil professores.

Em outubro de 2011 deverá ser realizada a Conferência Nacional sobre Transparência e Participação Social, com o objetivo de debater, com os diversos segmentos da sociedade, a participação ativa da sociedade nas atividades de planejamento, gestão e controle das políticas públicas em todas as esferas governamentais.

Ainda em 2010, o Governo Federal estabeleceu projeto de parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) objetivando realizar estudos e desenvolver mecanismos institucionais e organizacionais que permitam à administração pública brasileira promover, proteger e assegurar o acesso a informações públicas como um direito fundamental do indivíduo. Em abril de 2010, a Câmara dos Deputados aprovou e encaminhou ao Senado Federal o Projeto de Lei nº 5.228, de 2009, que regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição, e dá outras providências. Espera-se, em 2011, a aprovação desse projeto pelo Poder Legislativo.

#### 4. Produção e Disseminação de Informações

A produção e a política de disseminação de informações estatísticas e geocientíficas tem permitido maior conhecimento do País e o exercício da cidadania. Essas informações subsidiam o Governo no planejamento e execução de ações estratégicas para a promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável, com redução das desigualdades social e regional, e são úteis ainda para a identificação dos avanços alcançados nos indicadores sociais e econômicos.

Em 2010, a realização do Censo Demográfico demandou instalação de 6.823 postos de coleta, cobrindo todos os Municípios, contratação de pessoal temporário, treinamentos para a qualificação de toda equipe, coleta de dados nos 314.018 setores censitários e divulgação dos primeiros resultados de população. Esses resultados, 190.732.694 habitantes em 56.541.472 domicílios particulares ocupados, foram aplicados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) com vistas ao estabelecimento das cotas do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

No âmbito das geociências, merecem destaque: o lançamento da nova edição da publicação Indicadores de Desenvolvimento Sustentável 2010 (IDS 2010), que reúne um conjunto de informações sobre a realidade brasileira, em suas dimensões ambiental, social, econômica e institucional; a segunda edição do Manual Técnico de Geomorfologia, utilizado como referência para mapear o relevo brasileiro; e o Relatório Técnico de Cobertura e Uso da Terra do Estado do Rio Grande do Sul e o Mapa de Cobertura e Uso da Terra do Estado do Rio Grande do Sul, resultado do projeto Levantamento e Classificação do Uso da Terra, que tem como objetivos gerais o recobrimento do País em termos da classificação dos tipos de uso, a análise dos impactos e a definição dos indicadores da qualidade ambiental.

Em 2010, foi disponibilizada a nova versão do Modelo de Ondulação Geoidal (MPGEO2010) e foram inauguradas novas estações da Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo GNSS (sistema de localização composto atualmente pelo americano Sistema de





Posicionamento Global, popularmente conhecido por sua sigla GPS, e pelo russo GLONASS). Além disso, foram disponibilizadas 2.100 novas imagens de satélite da Amazônia Legal e da Região Nordeste, correspondendo a 74% do território nacional.

Merece destaque iniciativa do Governo que visa a catalogar, integrar e harmonizar dados geoespaciais produzidos ou mantidos por instituições governamentais, de maneira que possam ser facilmente localizados, explorados em suas características e acessados para os mais diversos usos, por qualquer cliente com acesso à Internet. Nessa direção, em 2010, registra-se a assinatura da Ata de Lançamento da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE), que marcou a inauguração do Portal SIGBrasil. O Portal já disponibiliza dados da Base Cartográfica Contínua (BCIM), dados de Recursos Minerais do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e dados do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Em 2011 será dado prosseguimento aos trabalhos de apuração e divulgação do Censo Demográfico 2010, divulgação dos dados de Universo e da Amostra, da Malha Digital, de Mapas Estatísticos, do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos, do Atlas do Censo Demográfico e da Metodologia do Censo Demográfico 2010, lançamento de nova versão do Portal da INDE, com inclusão de dados de instituições públicas; homologação e lançamento da nova versão da Especificação de Dados Geoespaciais Vetoriais (EDGV); processos de produção de dados e metadados geoespaciais, gerenciamento e operacionalização do Diretório Brasileiro de Dados Geoespaciais (DBDG) e SIG Brasil, e inserção da temática da INDE na área educacional de ensino e pesquisa.

Com o objetivo de contribuir para o debate sobre desenvolvimento no País e envolver o leque mais amplo possível de setores sociais, o Governo, por meio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), vem promovendo uma série de cursos, com diferentes perfis e níveis de profundidade. Destaca-se, em 2010, a realização da 1ª Conferência do Desenvolvimento (Code/Ipea), com o objetivo de criar um espaço nacional de debates no momento em que o País volta a discutir planejamento e estratégias de desenvolvimento.

Foram produzidos indicadores que anteciparam o comportamento do setor produtivo. Entre eles, cabe destacar o Sensor Econômico – com o objetivo captar as expectativas empresariais acerca do comportamento da economia brasileira; o Indicador de Produção Industrial – que antecipa a produção industrial do mês analisado; o Índice de Qualidade do Desenvolvimento (IQD) – que procura captar a qualidade do desenvolvimento econômico e social, a sustentabilidade do crescimento, a evolução do nível de bem-estar e o tipo de inserção externa que o Brasil vivencia em relação ao resto do mundo; e o Índice de Expectativas das Famílias (IEF) – que aborda os temas situação econômica nacional, condição financeira passada e futura, decisões de consumo, endividamento e condições de quitação de dívidas e contas atrasadas, e mercado de trabalho, especialmente nos quesitos segurança na ocupação e sentimento futuro de melhoria profissional.

Foram atendidos quase 400 bolsistas, nos sub-programas Pró-Redes – integração de redes de pesquisa em áreas temáticas com ênfase na aplicação de resultados focados na sustentabilidade do desenvolvimento social e econômico brasileiro – e Cátedras – chamada pública para incentivar o ensino e o debate junto aos estudantes de universidades e a divulgação de ideias, informações e trabalhos relevantes para a discussão sobre o desenvolvimento nacional.

## 5. Valorização dos Servidores

A democratização das relações de trabalho, a profissionalização do serviço público e a valorização do funcionalismo pautaram a gestão de recursos humanos no âmbito da Administração Pública Federal.

No que tange à democratização das relações de trabalho, a Convenção nº 51 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi ratificada, pelo Congresso Nacional, como resultado do Grupo de Trabalho que reuniu as principais entidades sindicais de servidores federais, estaduais e municipais para discussão da regulamentação da negociação coletiva, do direito de greve e da liberdade





sindical no setor público. A Convenção foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro, garantindo o direito à negociação aos trabalhadores do setor público.

No sentido de desenvolver competências de servidores públicos, foi implementada sistemática de avaliação do desempenho, regulamentada pelo Decreto nº 7.133, de 19 março de 2010, introduzindo instrumentos de democratização das relações de trabalho, tais como pactuação de metas por equipe de trabalho; autoavaliação combinada com a avaliação dos servidores pelos membros da sua equipe de trabalho; participação de representantes dos servidores na Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho; e criação de um Comitê Gestor da Política de Avaliação de Desempenho, com representação da Administração Pública, das entidades sindicais e da sociedade organizada.

Essa nova sistemática de avaliação de desempenho contribui para a profissionalização dos serviços públicos, na medida em que pressupõe a articulação de metas de desempenho dos servidores com as metas institucionais do órgão. Em 2011 pretende-se implementar e acompanhar a sistemática de avaliação de desempenho em todos os órgãos e entidades federais, bem como capacitar os servidores dos órgãos que já implantaram o processo em 2010.

Outro instrumento que contribuiu para a valorização dos servidores foi a organização das unidades do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS), responsáveis por desenvolver ações de perícia, vigilância dos ambientes de trabalho, promoção à saúde, registro dos acidentes de trabalho,nexo das doenças profissionais e apoio assistencial para os casos de agravos instalados. Foram inauguradas 22 unidades do SIASS, em diversos órgãos, contando com equipes multiprofissionais que desenvolvem ações integradas. Foi também implantado o Sistema de Administração de Pessoal – Saúde (SIAPE SAÚDE) em 52 órgãos, com 19,5 mil perícias em saúde realizadas.

Além disso, o benefício da assistência médico-odontológica foi universalizado para todos os servidores federais e transformado em despesa orçamentária obrigatória, sendo recuperado o seu valor *per capita* e tornado-o isonômico entre todos os entes do Poder Executivo.

Para 2011, as metas são: i) estabelecer uma rede nacional de unidades de atenção à saúde do servidor, abrangendo todas as cidades com servidores públicos federais; ii) consolidar a política de promoção à saúde; iii) construir um sistema nacional de vigilância em saúde e segurança do serviço público federal; e iv) estimular a criação de uma rede de operadoras de auto-gestão de saúde suplementar.

No contexto da profissionalização dos servidores públicos, foram realizados cursos de formação inicial para 102 Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG), 198 Analistas de Infraestrutura, 489 Analistas de Tecnologia da Informação e capacitados 863 servidores nas áreas de gestão, planejamento, orçamento e finanças. Em 2011, pretende-se capacitar 12.600 servidores em atividades presenciais, além de formar e aperfeiçoar cerca de 1.250 servidores nas áreas de gestão, planejamento, orçamento e finanças.

Foi desenvolvido, em articulação com as escolas de governo, o Sistema Mapa da Oferta de Capacitação da Rede de Escolas de Governo, que conta com 136 dirigentes públicos e cerca de quatro mil cursos já cadastrados, permitindo conhecer a oferta de capacitação de servidores públicos em nível nacional.

Visando ao fortalecimento da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, foram realizadas 19.760 capacitações em cursos à distância e formados 90 Facilitadores de Aprendizagem de instituições parceiras, a fim de consolidar as redes sociais que permitem aprendizagem em conjunto. Foram ofertados cursos para cerca de 220 servidores públicos na área de avaliação econômica de projetos sociais e em pós-graduação *lato sensu* em Gestão de Políticas Públicas de Proteção e Desenvolvimento Social.





Pretende-se, para o próximo ano, capacitar 20 mil servidores em atividades à distância, bem como continuar com atividades de capacitação nos setores de seguridade social, tecnologia da informação e tecnologia em gestão pública e aperfeiçoamento da gestão do Plano Plurianual.

## 6. Gestão

### a) Modernização dos Instrumentos de Planejamento e Gestão

O Governo tem buscado aproximar a gestão do Plano Plurianual (PPA) da realidade de implementação das políticas públicas e alterar o padrão de relacionamento com os órgãos, enfatizando as dimensões estratégica e tática do Plano. É central nesse processo tanto a atribuição de responsabilidades aos órgãos setoriais, para o acompanhamento e avaliação de suas programações, quanto a recente proposta de organização temática do planejamento. Organizar o planejamento sob tal prisma é condição para o acúmulo de conhecimento sobre as políticas e irá contribuir para a elaboração do PPA 2012 – 2015.

Na perspectiva da dimensão tática do PPA, o trabalho de destaque em 2010 foi o estudo sobre os principais entraves à execução de obras públicas, em especial as do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Para tanto, foram identificados com representantes de órgãos e entidades executores os principais entraves à implementação das obras, principalmente nos setores de saneamento, habitação e rodovias. O estudo apontou, entre outras, as seguintes linhas de ação: i) reelaboração da disciplina para a contratação de obras públicas, que culminou no art. 127 da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2011, relativa ao custo global de obras e serviços de engenharia contratados e executados com recursos dos orçamentos da União; ii) realização de concurso para Analistas de Infraestrutura; e iii) elaboração de anteprojeto de lei para criação de empresa de estudos prévios para a contratação de projetos de obras públicas.

Para o atendimento a projetos prioritários do Governo, notadamente no PAC 1 e 2, foram alocados 300 Analistas de Infraestrutura, conforme as competências requeridas nos diversos órgãos.

Ressalta-se, também, a coordenação do trabalho de classificação dos Municípios conforme porte populacional, para efeito de elaboração de carteiras em infraestrutura urbana e social do PAC 2. Tais grupos refletem concentrações de déficits e passivos urbanos e sociais, distribuindo-se a carteira de acordo com esses indicadores. Foram elaborados critérios específicos para a seleção dos equipamentos sociais, de modo que a distribuição dos equipamentos pelo território refletisse a concentração de déficits setoriais.

As Praças do PAC, de acordo com o estabelecido na Portaria Interministerial nº 401, de 9 de setembro de 2010, são espaços que integram atividades de esporte, lazer, cultura, saúde e assistência social. Em 2010 foi elaborado manual para instrução do processo seletivo, formulação preliminar, avaliação e indicação das propostas a serem contempladas. O manual está disponível no seguinte endereço: [http://www.pracasdopac.gov.br/Arquivos/manual\\_pracas.pdf](http://www.pracasdopac.gov.br/Arquivos/manual_pracas.pdf).

Quanto à atividade de monitoramento do PAC, foram elaborados relatórios mensais contendo o histórico e projeção de pagamentos e da inscrição em restos a pagar (período 2007-2010), de todos os setores do programa integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, de forma a auxiliar a atuação do corpo técnico e subsidiar os gestores do PAC no processo de tomada de decisão. Destaca-se, também, o envio ao Congresso Nacional do Relatório de Avaliação do PPA 2008-2011, ano base 2009, documento redigido anualmente, que apresenta o comportamento das variáveis macroeconômicas e a apuração dos indicadores dos programas.

Foi realizado o 1º Seminário Conseplan de Planejamento Governamental, em parceria com o Conselho de Secretários Estaduais de Planejamento (Conseplan), evento que promoveu um diálogo entre o Governo Federal e os outros entes da Federação para construir um planejamento alinhado e efetivo, sob a nova forma de abordagem temática, com vistas ao desenvolvimento nacional.





A revitalização da função planejamento a partir do olhar sobre as políticas públicas foi materializada, entre outros, pela elaboração de 50 Documentos de Referência Temática, produtos que tiveram como foco a análise das políticas públicas a partir de sua agregação em temas que organizam a atuação governamental em assuntos de relevante interesse para a sociedade.

Em 2011 será elaborado o PPA para o período 2012-2015, sendo que os conceitos relacionados ao método de elaboração do PPA, assim como seu monitoramento e avaliação, serão revistos com o objetivo de fortalecer seu conteúdo estratégico, alinhado às decisões para a formulação de políticas públicas, e seu direcionamento tático, para a criação das condições necessárias para a implementação eficaz da ação de Governo.

Em relação à área de gestão, as ações de organização e a modernização do Estado tiveram dois eixos: i) o de “estudos”, relativo à formulação de diretrizes e geração de conhecimento em gestão pública, concebido para otimizar a gestão nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal em outras esferas de governo; e ii) o de “aplicações”, relacionado ao fomento à melhoria da gestão, destinado ao atendimento direto de demandas de órgãos e entidades públicos, para melhoria de sua capacidade institucional e da gestão orientada para resultados e para o cidadão, por meio de apoio técnico e financeiro.

No eixo de estudos, os resultados mais relevantes foram as análises das estruturas organizacionais da Administração Pública Federal (APF), a formulação de propostas de políticas e diretrizes para a reorganização dos formatos jurídico-institucionais e para a implementação de processo de contratualização de desempenho institucional da APF. Além disso, foi elaborado o estudo taxonômico das formas jurídicas de atuação da administração pública e dos formatos de cooperação entre o Estado e entidades civis sem fins lucrativos, disponível no site <http://www.gespublica.gov.br>, do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública).

Destacaram-se, também, o compartilhamento de experiências e boas práticas de gestão pública com o Governo espanhol e o fortalecimento do diálogo setorial entre o Brasil e a União Europeia em desenvolvimento regional e em desenvolvimento sustentável.

O segundo eixo de atuação, baseado no fomento à melhoria da gestão, disponibilizou ferramentas e apoio para avaliações continuadas da qualidade do sistema de gestão das organizações públicas, por intermédio do Gespública. Organizações que comprovaram alta qualidade em gestão receberam o Prêmio Nacional da Gestão Pública (PQGF). Em 2010, 34 organizações participaram do Prêmio. Duas delas receberam o troféu: o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) e o Instituto Estadual de Hematologia (Hemorio). A premiação incluiu homenagem às 23 instituições públicas que implantaram Cartas de Serviços em suas áreas de atendimento ao cidadão.

Outros avanços nesse eixo foram a ampliação da Rede Nacional de Gestão Pública (RNGP), um espaço de discussão e colaboração para a troca de experiências, disseminação de conhecimentos e desenvolvimento de propostas para a gestão pública, que mobiliza milhares de participantes, com seminários internacionais visando ao aprimoramento e intercâmbio do modelo de excelência em gestão pública; a implantação do Portal do Projeto Brasil Municípios na Internet ([www.projetobrasilmunicipios.gov.br](http://www.projetobrasilmunicipios.gov.br)), como espaço de articulação e compartilhamento de experiências entre os Municípios; e a edição dos seguintes Decretos: nº 7.232, de 19 de julho de 2010, e nºs 7.311 e 7.312, de 22 de setembro de 2010, para dotar as universidades federais e os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, vinculados ao MEC, de autonomia para realização de concurso público e provimento de cargos.

Para recomposição da força de trabalho, foram autorizadas 17.683 vagas para concursos públicos, permitindo a abertura de novas Universidades e de unidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (Ifets), do Ministério da Educação (MEC), e a expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), no âmbito do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).





Foi concluída a primeira etapa do projeto de compartilhamento de base de dados cadastrais de recursos humanos, com o cruzamento da base de dados do cadastro do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e dos cadastros de recursos humanos dos Estados e dos servidores civis do Poder Executivo da União, resultado de acordo entre os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Previdência Social e o Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Administração (CONSAD). O acordo já conta com a adesão de 13 Estados.

Outro avanço relevante foi o aprimoramento do Sistema de Organização e Inovação do Governo Federal (SIORG), disponibilizando novas funções e publicação das Sínteses Organizacionais dos Órgãos e Entidades da Administração Pública, no sítio SIORG-Cidadão, com informações globais sobre as principais características da estrutura organizacional e recursos alocados.

Para concluir os projetos de fortalecimento das estruturas organizacionais e a elaboração das Normas de Auditoria Aplicáveis ao Controle Externo Brasileiro, foram prorrogados até para 2013 os contratos do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal (PNAGE) e do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX). Entre as realizações mais importantes do PROMOEX, destaca-se o aumento da transparência, com o Portal Nacional dos Tribunais de Contas ([www.controlepublico.org.br](http://www.controlepublico.org.br)). Também houve avanços na implementação do banco de dados único de gestão fiscal, previsto no art. 51 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), com vistas à consolidação nacional das contas dos entes da Federação.

#### a.1) Planejamento de Longo Prazo

O Planejamento de longo prazo exerce papel indutor dos investimentos privados, internos e externos, e é essencial para alocação estratégica de recursos e definição de metas que permitam balizar a trajetória do Brasil rumo ao estágio de economia desenvolvida.

Para 2011, pretende-se desenvolver as seguintes iniciativas: fomentar a cooperação entre instituições de excelência na formação de recursos humanos qualificados e na produção científica em áreas estratégicas para a segurança, o desenvolvimento e a defesa nacional, particularmente a nuclear, a cibernética e a espacial; fortalecer as Redes de Prospecção, Planejamento e Gestão Estratégica orientadas ao desenvolvimento de estudos prospectivos relativos a setores e temas relevantes para as políticas públicas governamentais; propor medidas institucionais e de investimentos que garantam acesso e cobertura social de qualidade às políticas públicas; realizar estudos destinados ao desenvolvimento de uma metodologia para seleção e hierarquização de projetos de infraestrutura econômica e social, que deverão compor uma carteira de investimentos de longo prazo, e propor um arranjo institucional, de caráter federativo, capaz de organizar processos para apresentação, análise e aprovação de projetos.

Também para 2011 será continuado, em parceria com o Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG na sigla em inglês) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o Ipea, o programa de estudos comparados de políticas públicas em curso ou já implementadas em outros países. Será realizado também o acompanhamento dos impactos socioeconômicos e ambientais da apropriação de renda do petróleo e gás natural, na região do Pré-Sal. Com vistas ao desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos para inovações de produtos e processos, pretende-se elaborar proposta de regulamentação do art. 5º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, e anteprojeto de lei que altera as regras de criação de Ação Preferencial de Classe Especial (*Golden Share*) na composição acionária, objetivando formação de empresas privadas para o desenvolvimento e comercialização de tecnologias de interesse do Estado em áreas estratégicas, assegurado o controle do interesse público no empreendimento.

A atualização do Plano Brasil 2022, o aprofundamento da articulação com governos Estaduais e Municipais, referenciando as ações





de planejamento ao território, e o desenvolvimento, em parceria com outras instâncias de Governo, do Plano Amazônia 2022, do Plano Nordeste 2022 e do Plano Centro-Oeste 2022, estão previstas como atividades para 2011.

## b) Gestão do Patrimônio da União

O Governo continuou a preceituar que os bens patrimoniais da União devem apoiar as políticas públicas, com destaque para aquelas de inclusão social, de fortalecimento do papel do Estado na indução do desenvolvimento econômico nacional e da preservação ambiental. Nesse contexto, foi definida a Política Nacional de Gestão do Patrimônio da União (PNGPU), que preconiza que cada imóvel da União cumpra sua função socioambiental, em harmonia com a função arrecadadora, em apoio aos programas estratégicos para o País.

O ano de 2010 foi considerado importante para a consolidação da política de destinação de imóveis da União para regularização fundiária e provisão habitacional de interesse social, destacando-se as transferências de 14 núcleos urbanos aos Municípios da Amazônia; de área urbana de 465 hectares ao Município de Porto Velho (RO), beneficiando cinco mil famílias de baixa renda; de sede urbana ao Município de Belterra (PA), beneficiando três mil famílias de baixa renda, que vivem em área de 1,7 mil hectares; além da transferência de bairros urbanos ao Município de Boa Vista (RR).

Foram tituladas 6.911 famílias em Municípios dos Estados do Pará, Tocantins, Ceará, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Piauí e Mato Grosso. Foram destinadas áreas para regularização fundiária, que beneficiaram cerca de 33 mil famílias de baixa renda, e realizadas seis transferências de áreas ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em apoio à reforma agrária, sendo beneficiadas 102 famílias, em Municípios dos Estados do Paraná, do Pará e de Goiás.

Em apoio ao combate das desigualdades regionais, foram regularizadas áreas de reservas extrativistas federais, beneficiando mais de 36 mil famílias que fazem o manejo sustentável de aproximadamente 430 mil hectares de áreas da União, em ambientes costeiros e marinhos.

No campo das destinações de imóveis incorporados, foram realizadas 37 cessões provisórias de imóveis da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA), em especial para apoiar políticas de cultura, transporte, habitação, urbanismo e funcionamento de órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Para o projeto de revitalização de portos, que visa à melhoria da infraestrutura urbana, foram destinadas duas áreas da RFFSA, Praia Formosa e Pátio da Marítima, na região portuária do Rio de Janeiro.

Foram intensificadas as ações de destinação de áreas da União em apoio à provisão habitacional, com ênfase no novo Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida, e realizada oferta de imóveis com vocação para Habitação de Interesse Social (HIS).

Em apoio à política para o meio ambiente, foram entregues 18 áreas destinadas a unidades de conservação nos Estados da Bahia, Santa Catarina, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Ceará. Está prevista, para 2011, a entrega de outras unidades nos Estados de Pernambuco, Ceará e Bahia.

Para 2011, pretende-se fortalecer a regularização da ocupação de áreas de domínio da União, por meio da construção de parcerias institucionais e da participação popular, priorizando os assentamentos informais consolidados e provisão habitacional. Serão desenvolvidas ações de modernização dos processos de caracterização das áreas da União, por meio do desenvolvimento de novas metodologias, tais como o georreferenciamento e vetorização das bases cadastrais dos imóveis federais, prospecção de novos modelos de negócios e padrões de gestão dos imóveis da União e desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas de informação sobre os imóveis da União.





No âmbito da Gestão Integrada da Orla Marítima, avançou-se na elaboração dos planos de gestão integrada de Municípios dos Estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo, de forma a promover o ordenamento do uso e ocupação da zona costeira. Em 2011, espera-se ordenar os espaços nas orlas marítimas e fluviais com fundamento na garantia da participação social, na definição de diretrizes para a utilização sustentável dessas áreas, nos princípios da inclusão sócio-territorial e da requalificação urbanística e ambiental.

Com relação à arrecadação e cobrança de receitas patrimoniais, foram criados novos códigos para recolhimento de receitas patrimoniais, a fim de permitir a correção dos lançamentos, a correta classificação orçamentária e financeira, conferindo transparência e melhoria no acompanhamento da arrecadação. Para 2011, deverá ser finalizado o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Receitas Patrimoniais, que unificará o processo de arrecadação e cobrança de todas as receitas. Como resultado desse esforço, em 2010 o volume de recursos arrecadados foi de R\$ 424,3 milhões, 34,5% maior em relação ao mesmo período de 2009. Em 2011, pretende-se aumentar a arrecadação e incrementar o potencial de arrecadação, bem como realizar os procedimentos referentes à cobrança de créditos patrimoniais da União inadimplidos, ou o devido encaminhamento para fins de execução fiscal.

### c) Fortalecimento da Capacidade Institucional em Regulação

O fortalecimento institucional das agências reguladoras e a criação de mecanismos que assegurem a melhoria da qualidade da regulação e da gestão do sistema regulatório – que inclua maior eficiência, transparência e legitimidade – é um imperativo decorrente do compromisso do Governo de promover o desenvolvimento econômico do País, fortalecer a livre iniciativa e ampliar a democracia, conferindo ao Estado maior capacidade de gestão e transparência.

Para alcançar os objetivos propostos foi instituído o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação (PRO-REG), pelo Decreto nº 6.062, de 16 de março de 2007. O PRO-REG tem por finalidade contribuir para a melhoria do sistema regulatório, coordenando as ações entre as instituições que participam do processo regulatório no âmbito federal, dos mecanismos de prestação de contas e de participação e monitoramento por parte da sociedade civil e da qualidade da regulação de mercados.

Com vistas a atingir o objetivo de fortalecer e aperfeiçoar o sistema regulatório, o programa foi estruturado em quatro eixos de atuações: i) fortalecer a capacidade de formulação e análise de políticas públicas nos setores regulados; ii) melhorar a coordenação e o alinhamento estratégico entre as políticas setoriais e o processo regulatório; iii) fortalecer a autonomia, transparência e desempenho das agências reguladoras; e iv) desenvolver e aperfeiçoar os mecanismos para o exercício do controle social e transparência.

Dando continuidade às ações empreendidas desde 2008, as ações em 2010 focaram, em especial, a implementação da Análise de Impacto Regulatório (AIR). Para tanto, têm sido realizadas apresentações de sensibilização junto ao corpo dirigente das agências reguladoras. Foi constituído um grupo de técnicos – composto por, aproximadamente, 90 servidores de agências reguladoras e ministérios – para os quais foi ofertada capacitação em pontos chave da AIR.

Algumas agências reguladoras estão desenvolvendo projetos piloto em AIR. Na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) já foi concluído o primeiro piloto e estão planejados mais nove projetos até o fim do ano. Em agosto, iniciou-se projeto piloto na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Têm sido envidados esforços para que outras agências, como a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), também desenvolvam projetos piloto em AIR.

Também foram promovidas novas edições de alguns dos cursos ofertados nos anos anteriores, como o curso Regulação – Teoria e Prática, e três novas turmas de 26 servidores do curso avançado em regulação do *Institute of Brazilian Business & Public*





*Management Issues* (IBI). O programa financiou a participação de quatro servidores no *Short Course on Regulation* da *London School of Economics and Political Science* (LSE). Em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), foi desenvolvido o Programa de Fortalecimento de Competências em Gestão e Regulação, que ofereceu seis cursos aos servidores das agências reguladoras no Rio de Janeiro e Brasília.

Foram contratados dois trabalhos de consultoria para apresentar proposta de atos normativos para implantação da AIR como instrumentos de apoio à melhoria da qualidade da regulação no Brasil e estudo sobre as fontes de receitas próprias das Agências Reguladoras relacionadas ao exercício de suas funções regulatórias, fiscalizatórias e relativas ao exercício do poder de outorga. No último quadrimestre de 2010, foram publicados os estudos de consultoria produzidos no biênio 2008/2009. Planejam-se também contratar estudo para elaboração de indicadores de problemas de consumo, tomando como referência os dados captados pelo SINDEC e uma consultoria para apoio técnico aos projetos pilotos a serem desenvolvidos.

Foi estabelecido junto ao marco lógico do PRO-REG um conjunto de indicadores que auxiliam a mensurar os avanços trazidos pelo programa. Como indicador de finalidade são utilizados alguns componentes do Índice de Competitividade Global (ICG), que é elaborado e publicado pelo Fórum Econômico Mundial, e que permite avaliar avanços no ambiente de negócios. São considerados os componentes (ou pilares) Institucional (PI) e Infraestrutura (PIE). Adotou-se como linha de base o ano de 2005, em que o Brasil apresentava valores de 3,38 e 3,2 de PI e PIE, respectivamente. A meta é que, ao final do programa, o País apresente um incremento de 10% no PI e de 8% no PIE, assumindo os valores 3,72 e 3,46, respectivamente. No último *Global Competitiveness Report* (2009-2010), o Brasil obteve o valor 3,5 para ambos os pilares, de modo que, em relação à linha de base, houve um aumento de 3,6% do PI e de 9,4% do PIE. Assim, em relação ao PIE, pode-se observar que a meta de 8% já foi superada.

O índice que acompanha o atendimento do propósito do programa é o Indicador de Qualidade Regulatória Ampliado (IQRA), que é a média ponderada do Indicador de Qualidade Regulatória (IQR). Este é um indicador composto, desenvolvido para captar o desenvolvimento da qualidade regulatória das agências federais brasileiras. O IQR concatena três dimensões de análise que são de relevância para os objetivos do PRO-REG: coordenação institucional e monitoramento; autonomia e transparência; e mecanismos de consulta e prestação de contas. A cada uma dessas dimensões (ou subíndices) é atribuído um peso, de acordo com a relevância da dimensão para o fortalecimento da capacidade regulatória.

Em trabalho de consultoria anterior à assinatura do contrato de empréstimo 1811/OC-BR, o IQRA foi estimado em 0,35 e esse valor é utilizado como linha de base do indicador. Estipulou-se como meta atingir um IQRA 0,65 no fim do ano 2011. O IQRA avaliado em meados do 2010 foi de 0,59. Assim, houve um aumento de quase 70% em relação à linha de base.

Em resumo, no tocante às atividades de capacitação, de 2008 a 2010 foram capacitadas 1.544 pessoas, sendo 386 servidores de ministérios e 800 de agências reguladoras federais.

### **c.1) Projeto Melhor Regulação: Reduzindo a Sobrecarga Regulatória nos Negócios**

O Projeto Melhor Regulação: Reduzindo a Sobrecarga Regulatória nos Negócios é executado no âmbito do Convênio de Cooperação firmado em abril de 2010 entre os governos do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e a República Federativa do Brasil, por intermédio da Casa Civil. O Convênio de Cooperação, previsto para vigorar até março de 2012, conta com financiamento do Governo britânico no montante de £159.000 (cento e cinquenta e nove mil libras esterlinas).

As atividades desse projeto são complementares às ações do PRO-REG e têm como foco auxiliar a implementação AIR, a partir das





experiências do Governo britânico com a utilização desse instrumento. Uma das ações mais importantes do projeto é a coordenação de cinco projetos piloto em AIR nas áreas de saúde, transporte e energia.

O projeto é conduzido por um grupo diretivo composto por representantes da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, da ANAC, da ANEEL, da ANS, da ANTT, da ANVISA, do Ipea e da Embaixada Britânica no Brasil.

Além das reuniões do grupo diretivo e sua contribuição para a melhoria da coordenação entre as agências reguladoras e órgãos centrais do governo em relação à implantação e utilização da AIR, foi realizada em julho de 2010 uma visita técnica ao Reino Unido a fim de se conhecer o sistema e as instituições encarregadas da AIR naquele país. A delegação foi composta por representantes da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Fazenda, da ANAC, da ANEEL, da ANS, da ANTT, da ANVISA, da ENAP e do Ipea.

Em consonância com as ações PRO-REG, estão sendo elaborados a Lista de Verificação e o Manual de Utilização de AIR, bem como estão sendo discutidos os critérios de aplicação da ferramenta, os quais comporão o *tool kit* previsto no projeto.

Em setembro de 2010 foi realizado workshop conduzido por especialistas ingleses em AIR. O curso tratou dos modelos existentes de AIR e apresentou casos concretos de aplicação da ferramenta, tomando como referência tanto a experiência britânica, como os casos de interesse brasileiro. O Projeto ainda prevê a realização de mais dois workshops para treinamento no modelo de AIR a ser implementado no Brasil.

Uma ação prioritária nesse projeto é o desenvolvimento de cinco projetos piloto em AIR em agências selecionadas, a fim de se testar a ferramenta, treinar pessoal e antecipar os desafios de implementação desse tipo de ferramenta no contexto brasileiro. Está sendo negociada a contratação de consultora internacional para dar apoio técnico aos projetos pilotos que serão desenvolvidos no âmbito do Projeto.

#### **d) Regulação e Supervisão do Sistema Financeiro Nacional**

No que se refere à supervisão de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, foram aprimoradas as ferramentas do segmento cooperativo de crédito, mediante revisão e ampliação do método de avaliação de cooperativas centrais (MACC), que passou a incorporar informações de governança e de apoio a negócios nos serviços prestados pelas centrais, para fins de cumprimento das atribuições especiais previstas nas normas vigentes.

Em linha com decisões tomadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelas entidades profissionais, o Conselho Monetário Nacional (CMN) determinou que as instituições financeiras constituídas na forma de companhia aberta, ou que sejam obrigadas a constituir comitê de auditoria, elaborem e divulguem demonstrações consolidadas de acordo com os pronunciamentos internacionais de contabilidade emitidos pelo *International Financial Reporting Standard* (IFRS), a partir da data-base de 31 de dezembro de 2010. Em decorrência, a área de fiscalização constituiu comitê técnico denominado CTON, cujo objetivo é prestar assessoramento aos departamentos da supervisão nos assuntos relacionados com a convergência ao IFRS.

Para o ano de 2011, dentre as ações de regulamentação, cabe destacar aperfeiçoamentos na base normativa que dispõe sobre: i) cheques, objeto da Audiência Pública nº 33, de 2009; ii) uso de instrumentos mitigadores de riscos, entre eles o Fundo Garantidor de Crédito (FGC); iii) regulamentação do Sistema Nacional de Garantias de Crédito, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14





de dezembro de 2006; iv) ajuste da base de cálculo da TR; v) atualização e consolidação das normas sobre sociedades financeiras e sobre corretoras de valores; vi) fixação de limites operacionais para o segmento de consórcios; e vii) estabelecimento de critérios de remuneração dos administradores das instituições financeiras.

### e) Regulação de Mercados

Ressalta-se o acompanhamento e definição de modelos, processos, contratos e parâmetros pelas agências reguladoras para a implementação dos projetos incluídos no PAC e políticas relacionadas à infraestrutura nacional, dentre os quais: i) o setor energético, com os projetos de construção das Usinas Hidrelétricas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, Programa Luz para Todos e petróleo e gás; ii) o setor de transporte terrestre, incluindo análise da concessão da BR 101/ES relativa à 3ª etapa e o projeto Trem de Alta Velocidade (TAV); e iii) o setor de transporte aéreo, no que tange à política de reajuste das tarifas aeroportuárias, bem como no esforço de aumentar o número de frequências aéreas entre o Brasil e os Estados Unidos e o Brasil e a União Europeia.

Em 25 de março de 2010 foi publicada a Portaria MF nº 244, que estabelece o Índice de Serviços Postais (ISP), define os termos de reajuste e revisão e institui o mecanismo de teto de preço para os reajustes, com desconto de fator de produtividade (Fator X), que visa a aumentar o grau de previsibilidade dos reajustes desse importante setor.

Foram alteradas e consolidadas em 2010 as normas que disciplinam a cobrança de tarifas pela prestação de serviços por parte das instituições financeiras. A principal medida consiste na regulamentação da cobrança de tarifas relacionadas à prestação de serviços de cartão de crédito. A mudança teve por objetivo facilitar a comparação de preços e a escolha do tipo de cartão mais adequado ao cliente. Foi instituída a obrigatoriedade de oferta de cartão básico. Adicionalmente, visando a incentivar o uso racional do cartão de crédito e a contribuir para a redução do endividamento dos clientes das instituições emissoras de cartão de crédito, foram estabelecidas regras sobre o pagamento mínimo da fatura de cartão de crédito.

### f) Fortalecimento da Estrutura de Regulação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Em 2010, a CVM consolidou o processo de supervisão baseada em risco, por meio de ações preventivas estabelecidas pelo Plano Biental 2009-2010, descritas e divulgadas pela autarquia em seus Relatórios Semestrais e disponíveis para o público em seu sítio institucional.

Em termos de relações internacionais, a CVM participou ativamente do *Financial Stability Board* (FSB), órgão criado pelo G-20 para identificar vulnerabilidades, desenvolver e implementar políticas de regulação e supervisão no interesse da estabilidade financeira.

O Brasil, por intermédio da CVM, foi eleito membro do Comitê Executivo da Organização Internacional das Comissões de Valores (IOSCO) para um mandato de dois anos. Os trabalhos desenvolvidos pela IOSCO atualizam os princípios de regulação do mercado de valores mobiliários e determinam a cobertura de áreas importantes para o funcionamento dos mercados de capitais.

Na atividade de regulamentação do mercado foram realizadas nove audiências públicas e a edição de cinco instruções.

A CVM submeteu à audiência pública a minuta de instrução que visa a introduzir novo mecanismo de distribuição de valores mobiliários no mercado de capitais brasileiro intitulado Programa de Distribuição Contínua. O referido programa contribuirá para o aprimoramento dos mecanismos de captação de recursos de médio e longo prazo.





Ainda na área de regulamentação, em continuidade ao processo de convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais, conforme determinado pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, o ano de 2010 se encerrou com a emissão de 14 atos normativos aprovando três novas deliberações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e 16 alterações e aprimoramentos de normas emitidas nos anos de 2008 e 2009.

Para 2011, os esforços serão voltados para: i) a internalização das alterações de aprimoramentos de normas já existentes e de novas normas e interpretações que venham a ser emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB); ii) a emissão ou atualização de normas contábeis, convergentes com as internacionais, aplicáveis aos fundos de investimento; e iii) o acompanhamento do processo de sedimentação do novo arcabouço contábil brasileiro, incluindo a adoção de ações educativas.

### g) Mercado de Seguro e Resseguro

Em 2010, o Governo, por meio da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), atuou nas principais associações de supervisores e reguladores de seguros internacionais, garantindo a visibilidade do mercado brasileiro de seguros no exterior.

Durante o ano de 2010, a SUSEP atuou: i) no âmbito nacional – na supervisão de 116 sociedades seguradoras, 17 sociedades de capitalização e 28 entidades abertas de previdência complementar; ii) em termos de mercado comum – participou do subgrupo de serviços financeiros do Mercosul, com vistas a acelerar o processo de integração dos mercados; e iii) nas atividades de intermediação das operações de seguro – autorizou a concessão de mais de três mil habilitações para pessoas físicas e mais mil para pessoas jurídicas.

Em relação ao mercado aberto de resseguros, iniciado com a promulgação da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, observa-se um número significativo de resseguradores cadastrados. Em 2010 o segmento contou com 87 resseguradores em atividade no País, ante 76 em 2009. O aumento da presença desses resseguradores amplia a oferta de novos produtos, gerando benefícios para os segurados. Nas operações de resseguro, estão ativas e habilitadas, 32 corretoras de resseguros.

Em 2010 foi facultada aos mutuários do financiamento habitacional a escolha da sociedade seguradora provedora do seguro habitacional, sem a imposição do agente financeiro. Assim, foram repassados ao mutuário os benefícios da competição, tendo sido verificada queda significativa nos prêmios do seguro habitacional.

Em função da dinâmica dos mercados financeiros e dos instrumentos utilizados, foi proposta ao CNSP minuta de resolução que tem por objetivo aperfeiçoar o marco legal que dispõe sobre os critérios para a realização dos investimentos das sociedades supervisionadas.

Para 2011 prevê-se a regulação do capital adicionado baseado nos riscos de subscrição de previdência, com objetivo de reduzir a probabilidade de insolvência das sociedades seguradoras que atuam nesse segmento de mercado e das entidades abertas de previdência complementar. Em função da Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, a SUSEP participará diretamente da regulamentação do Fundo de Catástrofe do Seguro Rural.

## 7. Combate à Corrupção

### a) Ações de Prevenção

Em 2010, intensificou-se o acompanhamento da implementação, no Brasil, das medidas previstas nos três tratados internacionais





que o País ratificou na área de prevenção e combate à corrupção, quais sejam: a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção da ONU); a Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA); e a Convenção Sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE).

Nesse período o Governo manteve a presidência do Mecanismo de Acompanhamento da Implementação da Convenção da OEA (Mesicic), assumida em 2009, acompanhando o cumprimento dos compromissos nela assumidos pelos Estados partes.

Em 2010, o Governo Brasileiro solicitou à OCDE a avaliação do sistema de integridade da Administração Pública Federal Brasileira, que objetiva: i) auxiliar o Brasil na construção de uma estrutura sólida de integridade, a partir do mapeamento dos riscos de ocorrência de má gestão do recurso público e de boas práticas que poderiam ser replicadas internamente; ii) identificar se os elementos fundamentais da estrutura de integridade do nosso sistema estão compatíveis com as boas práticas internacionais; e iii) aperfeiçoar as medidas de integridade já implementadas. O relatório foi aprovado pelo Comitê de Governança Pública da OCDE com identificação dos avanços brasileiros na prevenção e combate à corrupção e algumas sugestões de aprimoramento, entre as quais a de aperfeiçoar a legislação brasileira referente a licitações públicas, que, na avaliação da OCDE, permite muitos recursos, ficando, dessa forma, sujeita a paralisações e atrasos. Após a reunião, o Brasil foi convidado a integrar, como membro permanente, o Comitê de Governança Pública da OCDE.

Pretende-se, em 2011, ampliar a Cooperação Internacional, especialmente da relação Sul-Sul: prestação de assistência e cooperação técnica a países demandantes, especialmente na América Latina, África e da Comunidade de Língua Portuguesa, nas áreas de controle interno, prevenção e combate à corrupção.

Ações de promoção da ética e da integridade junto ao setor privado como forma de conscientizar as empresas quanto ao seu papel no enfrentamento do fenômeno da corrupção, também foram prioridades. Em 2010 foi criado sítio na Internet dedicado à conscientização do empresariado sobre o seu papel e sua responsabilidade na luta anticorrupção, disponível em: <http://www.cgu.gov.br/AreaPrevencaoCorrupcao/AreasAtuacao/IntegridadeEmpresas/>.

Ainda nesse ano, o Governo criou a ação Conversa com Empresas, a ser realizada em todos os Estados, para sistematizar a discussão sobre temas afetos à promoção da integridade e prevenção da corrupção no setor privado.

Além disso, promoveu a Conferência Latino-Americana sobre Responsabilidade Corporativa na Promoção da Integridade e no Combate à Corrupção, com o objetivo de reunir autoridades públicas e representantes do setor privado, associações profissionais e sociedade civil para discutir os riscos e as consequências associadas à corrupção em transações comerciais. Foi discutida, entre outros temas, a responsabilidade das empresas na luta contra a corrupção. Aproximadamente 500 pessoas, de 29 nacionalidades, participaram do evento.

O Governo lançou, no dia 9 de dezembro de 2010, o Cadastro Nacional de Empresas Comprometidas com a Ética e a Integridade, projeto desenvolvido em parceria com o Instituto Ethos de Empresas, o qual objetiva divulgar lista de empresas que adotam um conjunto de medidas de integridade e ética.

Outra linha de atuação que merece destaque é o mapeamento preventivo de riscos à corrupção, caracterizado pela criação do Observatório da Despesa Pública (ODP), em 2008, que visa ao monitoramento sistemático de gastos públicos para identificação de situações que possam constituir irregularidades, a fim de evitá-las antes que ocorram. O ODP já monitorou, somente nos últimos dois anos, mais de R\$ 120 bilhões de recursos públicos, tendo sido emitidos mais de 200 mil alertas sobre situações atípicas ou fora dos padrões na execução do gastos públicos. Destacam-se as análises e monitoramento: i) dos gastos realizados por meio de





Suprimento de Fundos; ii) do sistema COMPRASNET, para verificação de tipologias de fraudes e produção de estatísticas e relatórios gerenciais sobre as compras efetuadas pelo Governo Federal; iii) dos contratos de terceirizações do Governo Federal; e iv) dos beneficiários do Programa Bolsa Família; e v) da aquisição de passagens e concessão de diárias.

O ODP já recebeu três prêmios que ressaltam sua característica inovadora e seu grande potencial como ferramenta de apoio à gestão pública e ao controle interno do Governo Federal. Para 2011 pretende-se aperfeiçoar e ampliar a utilização do ODP nas ações de controle preventivo e antecipação de riscos de corrupção, bem assim de avaliação da execução dos programas de Governo.

Com relação à avaliação da compatibilidade patrimonial de servidores públicos federais, as análises resultaram em 115 casos nos quais os indícios coletados foram suficientes para embasar a instauração de Sindicância Patrimonial. Foi realizado ainda o trabalho de Exame Sistemático das Declarações de Bens e Rendas. Nesse processo, 423 agentes públicos foram alvos de exame, resultando na abertura de 71 investigações preliminares. Tais investigações culminaram em 27 casos de recomendação de apuração via Sindicância Patrimonial.

Foram, ainda, realizados projetos temáticos que abordaram áreas críticas relativas à aplicação de recursos públicos e à conduta de servidores, tais como: Conflito de Interesses; Agências Reguladoras, contemplando casos de descumprimento do período de quarentena; OSCIPs e Fundações de Apoio; e o Exame Sistemático de Transferências Voluntárias, com realização de projeto-piloto que abordou os convênios do Ministério do Turismo celebrados entre 2008 e 2010.

Na questão do aprimoramento do marco legal, aguarda-se aprovação, pelo Congresso Nacional de diversos Projetos de Lei, entre os quais se destacam o PL nº 6.616, de 2009, o qual propõe adicionar os tipos penais qualificados de peculato, concussão, corrupção passiva e corrupção ativa na legislação brasileira, tornando-os hediondos e passíveis de prisão temporária; e o PL nº 6.826, de 2010, que objetiva disciplinar a responsabilidade da pessoa jurídica pela prática de atos ilícitos relacionados à lavagem de dinheiro, a ações de organização criminosa e os praticados contra a Administração Pública nacional ou estrangeira e o sistema financeiro.

## **b) Controle Interno**

Ao longo de 2010, as atividades de controle interno foram desenvolvidas em pelo menos cinco frentes de trabalho: i) no acompanhamento da execução dos programas de Governo; ii) na realização das auditorias anuais de contas, de acompanhamento permanente dos gastos e de pessoal; iii) no Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos; iv) na auditoria de contratos de recursos externos; e v) na atuação investigativa, mediante articulação com outros órgãos de defesa do Estado.

No que tange ao acompanhamento da execução dos programas de governo, as atividades foram intensificadas mediante o acompanhamento de 80 ações de governo. Destaque para as 1.875 ações de controle executadas, relacionadas a obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), cujo acompanhamento sistemático contempla, entre outras, ações do Programa Luz para Todos, Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, Construção e Adequação Rodoviária, Apoio a Sistemas de Esgotamento Sanitário, e Abastecimento de Água e Habitação.

As atividades de acompanhamento da execução dos Programas de governo estão orientadas para a ampla interação com os gestores federais e objetivam colaborar, preventivamente, para a correção de fragilidades detectadas pelo controle interno. Em 2011, pretende-se agregar ao universo de acompanhamento e avaliação de programas governamentais, entre outros, os do PAC 2 e dos empreendimentos da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Ainda, na vertente de interação com os gestores, está prevista para 2011 a intensificação de ações no sentido de aprovação dos





seguintes instrumentos: Decreto sobre Controle Preventivo, o qual orienta as atividades do controle interno para uma abordagem preventiva e proativa; e Decreto sobre Transferências Fundo a Fundo, que institui modalidade especial de acompanhamento e controle dos recursos transferidos pelo sistema “fundo a fundo” para outras esferas federativas e que não se submetem aos controles existentes para convênios e contratos de repasse.

As melhorias implementadas relativas às Auditorias Anuais de Contas tiveram continuidade em 2010 mediante uma maior interação com o gestor federal com vistas a aprimorar o processo de prestação de contas e de responsabilização dos gestores (*accountability*), além da intensificação das auditorias de acompanhamento da gestão. As alterações têm se refletido em alertas aos gestores sobre eventuais problemas que precisam ser resolvidos ao longo do exercício e em sugestões de melhoria durante a elaboração do relatório de gestão, entre outras. No ano de 2010 foram realizadas 1.880 auditorias, sendo 515 auditorias anuais de contas e 1.365 de acompanhamento permanente dos gastos, das quais 954 de monitoramento da gestão e 411 de aprofundamento.

Na área de pessoal, foram desenvolvidas 53 novas trilhas para verificação da consistência das folhas de pagamento dos órgãos federais, além da análise e encaminhamento ao TCU de processos relativos a aposentadoria, pensão e admissão de servidores. Em 2010 foram analisados 99.473 atos de pessoal envolvendo recursos no valor aproximado de R\$ 647 milhões.

Visando à eficiência e gestão da folha de pagamento, o Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal realizou auditorias priorizando os assuntos com maior volume de despesas e com maior capacidade de materialidade e de reversão em economia, com foco mais gerencial; menos processual e mais sistêmica; menos corretiva e mais preventiva; menos executora e mais gestora.

Nesse sentido, destaca-se o trabalho que está sendo realizado com o pagamento de Função Comissionada no Poder Executivo Federal, pois inaugura um conceito de atuação e tratamento do assunto de forma integral, atuando horizontalmente e auditando todos os órgãos pagantes do País e buscando a solução com o envolvimento dos órgãos de controle e Advocacia Geral da União (AGU).

Merce destaque também a elaboração do Sistema de Inteligência e Gestão da Auditoria (SIGA), que irá fazer a auditoria sistêmica em 86,0% da folha de pagamento. Atualmente são feitos menos de 0,5%. Como resultado das 49 auditorias realizadas foram ressarcidos R\$ 682,7 milhões aos cofres públicos. Em 2011, o plano de ação nesse contexto está focado na implantação do SIGA e as auditorias serão priorizadas por assuntos, como laudos de insalubridade, gratificação de cargo e concurso, progressão e pagamento de índices financeiros.

As Tomadas de Contas Especiais (TCE) são os instrumentos processuais utilizados para apurar responsabilidade por ocorrência de dano à Administração Pública Federal e obtenção de ressarcimento. Em 2010 foram auditados 1.481 processos de TCE, dos quais 1.106 foram certificados e encaminhados ao TCU para julgamento, o que representa retorno potencial aos cofres do Tesouro Nacional da ordem de R\$ 1,6 bilhão.

Em continuidade ao Programa de Fiscalização a partir de Sorteios Públicos (Programa Sorteio), foram realizados três sorteios no ano de 2010, resultando na fiscalização de 180 Municípios, envolvendo R\$ 3,2 bilhões em recursos públicos federais. Além disso, iniciou-se o processo de avaliação do Programa sob três aspectos: i) avaliação do impacto do sorteio nos Municípios com incremento da chance de serem sorteados; ii) avaliação concreta dos efeitos das fiscalizações em Municípios já sorteados, por meio de comparação entre as constatações evidenciadas; e iii) avaliação da efetividade das fiscalizações na atuação dos ministérios gestores. A conclusão desta avaliação está prevista para 2011.

Destaca-se que esse Programa tem os objetivos de estimular a sociedade para o controle dos gastos públicos, de inibir e dissuadir





a corrupção e de realizar o monitoramento da execução dos programas de governo. Ao utilizar o mesmo sistema de sorteio das loterias da Caixa Econômica Federal para definir, de forma isenta, as áreas municipais e estaduais a serem fiscalizadas quanto ao correto uso dos recursos públicos federais, o Governo desenvolveu uma das principais inovações na atuação do controle interno do Poder Executivo Federal dos últimos anos, em especial, pela mobilização da sociedade em torno do tema controle social. O programa encontra-se na 33ª edição, com 1.825 Municípios fiscalizados (32,8% do total) e englobando recursos públicos federais de aproximadamente R\$ 16,2 bilhões.

No campo da Auditoria de Operações de Crédito Externo e de Projetos de Cooperação Técnica Internacional, as auditorias realizadas referem-se à avaliação de desempenho dos contratos/acordos com organismos internacionais de financiamento e projetos de cooperação executados pelos órgãos e entidades da administração pública federal com o suporte de organismos internacionais de cooperação. Nos últimos anos, a abordagem das auditorias tem transcendido o viés contábil, assumindo um enfoque de avaliação de resultados, objetivos e metas dos projetos, no contexto das ações governamentais que lhes dão suporte. Como resultado do aprimoramento da abordagem das auditorias, o PNUD promoveu melhoria na avaliação dos trabalhos produzidos e apresentados pela Controladoria-Geral da União (CGU) àquele organismo. Em 2010 foram realizados 92 acompanhamentos, por intermédio de 185 auditorias conduzidas junto aos órgãos e entidades que executam os projetos.

As atividades de ações investigativas consistem em trabalhos especiais, dotadas de processos, procedimentos e instrumentais específicos, os quais propiciam condições para o desenvolvimento de trabalhos com enfoque ainda mais forte no efetivo combate à corrupção. O Governo estabeleceu um padrão inédito de cooperação entre instituições com funções igualmente relacionadas à defesa do Estado brasileiro, respeitadas as identidades de cada um – CGU, Polícia Federal (PF), TCU, Ministério Público da União (MPU), Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), entre outros, que atuam agora em parceria com excelentes resultados para o controle do dinheiro público e o enfrentamento da corrupção. Desta parceria foram realizados, em 2010, 22 importantes trabalhos, com destaque para as seguintes operações especiais: Parceria, Mão Dupla, Uragano, Mãos Limpas, Via Ápia, Atlântida, Vide Bula e Caixa de Pandora.

Além desta atividade, há a apuração de denúncias apresentadas por entidades da sociedade civil ou diretamente por cidadãos, bem como o atendimento a solicitações específicas oriundas de outros órgãos. Durante o exercício de 2010 foi analisado um total de 3.033 denúncias e representações e foram concluídas 1.613 ações de controle, realizadas em 256 Municípios. Os resultados, além de constarem dos Relatórios Anuais de Auditoria sobre a Prestação de Contas dos responsáveis pelas respectivas unidades e entidades, são enviados ao TCU e, se for o caso, à PF e ao MPU.

### c) Medidas Corretivas

A ação de governo na aplicação das penalidades administrativas seguiu a proposta estabelecida para 2010, que visou ao aperfeiçoamento de mecanismos de responsabilização administrativa disciplinar, de modo a punir efetiva e rapidamente os agentes públicos envolvidos em práticas ilícitas, passando a fazer uso, a cada dia mais, das sanções que o próprio Executivo pode aplicar, contribuindo para a reversão da histórica cultura da impunidade.

Como resultado efetivo do aumento da capacidade de promoção direta de ações disciplinares e da melhoria do acompanhamento das demais ações, em curso no âmbito do Poder Executivo Federal, verifica-se o crescente número de punições expulsivas (demissões, destituições de cargos e funções comissionadas, e cassações de aposentadoria ou disponibilidade) aplicadas a servidores, as quais, em relação a componentes do regime estatutário, totalizam 2.969, de 2003 a 2010. Em 2010 foram aplicadas 521 apenações expulsivas sendo: 433 demissões; 53 destituições; e 35 cassações. Como principais motivações que embasaram as punições expulsivas aplicadas em 2010 permanecem as irregularidades relativas a valimento do cargo (33,16%) e improbidade administrativa (17,68%).





No tocante às apenações de cunho não expulsivo, em números válidos de 2007 até 2010, foram computadas, no âmbito do Poder Executivo Federal, 1.847 suspensões e 1.894 advertências a servidores públicos estatutários, perfazendo um total de 3.741 apenações.

Dentro do regime celetista, com dados válidos de 2003 a 2010, foram arbitradas 4.959 punições expulsivas.

A intensificação dos trabalhos possibilitou, em números de 2003 a outubro de 2010, o efetivo acompanhamento de mais de sete mil procedimentos disciplinares, dentre os mais de 40 mil instaurados por órgãos e entidade do Poder Executivo Federal. Nesse período também foram acompanhadas 205 Operações Especiais da Polícia Federal, com apuração acerca do envolvimento de 1.847 servidores.

No ano de 2010, houve instauração e condução direta de 75 procedimentos administrativos disciplinares, entre Processos Administrativos Disciplinares (PADs), em sentido estrito, e Sindicâncias Punitivas e Investigativas. Foram instauradas 13 Sindicâncias Patrimoniais; verificada a regularidade de 1.257 processos disciplinares instaurados e conduzidos; realizadas 1.480 investigações preliminares. Foram feitas ainda 45 inspeções em unidades de correição do Poder Executivo.

Em relação ao Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU PAD) procurou-se, em 2010, centrar esforços em duas principais frentes: fortalecimento da base de dados e continuidade do programa de inovação do sistema, tais como as funcionalidades voltadas à integração do CGU-PAD com os sistemas SIAPE e CPF e as inovações na geração de relatórios e alteração de campos, objetivando o registro de informações consideradas relevantes no gerenciamento e supervisão da função disciplinar.

Espera-se implementar, no exercício de 2011, estrutura para a realização de atos em processos disciplinares por meio de Teleaudiências, dispensando o transporte de agentes envolvidos em processos disciplinares até o local da audiência.

No âmbito da apuração de graves ilícitos praticados por sociedades empresárias que participam de licitações e contratos administrativos no âmbito do Poder Executivo, a CGU já aplicou declaração de inidoneidade a 15 pessoas jurídicas. Até o presente momento, todas as punições aplicadas foram submetidas à apreciação do Poder Judiciário e foram por ele confirmadas.

A cooperação entre os órgãos da República que atuam no combate às fraudes em licitações e contratos administrativos (CGU, PE, MPU, TCU etc.), no ano de 2010, foi bastante positiva. Os elementos produzidos por esses organismos foram compartilhados, o que representou um incremento do número de análises de dados por parte da Comissão de Processo Administrativo de Fornecedores (CPAF) e um aperfeiçoamento da busca da verdade possível, para o alcance do necessário teor de justiça, sem descurar de valores como a licitude dos meios probatórios, a ampla defesa e o contraditório.

#### **d) Ações de Capacitação**

O Governo está aprofundando as relações de cooperação de suas equipes de controle interno e de gestão, em todas as instâncias e oportunidades, com vistas à conjugação de esforços para otimizar a gestão pública. A partir das experiências bem sucedidas de orientação e capacitação de gestores em palestras, encontros, cursos de curta duração, presenciais ou a distância e com o objetivo de potencializar o efeito benéfico dessas ações, foi instituído, por meio da Portaria CGU nº 1.965, de 04 de outubro de 2010, o Programa de Capacitação e Orientação dos Gestores Públicos Federais (Capacita). Seu objetivo é prover gestores de orientação e capacitação em busca de uma gestão pública federal eficiente e eficaz. Nos últimos dois anos foram capacitados cerca de 15 mil servidores públicos federais em diversas áreas e temas, com destaque para aprimoramento dos controles internos administrativos, convênios, licitações e contratos.





Com a finalidade de dotar a Administração Pública de quadros mais bem preparados para integrar as comissões processantes, o Governo tem ministrado curso em Direito Disciplinar que, de 2003 a 2010, capacitou 9.323 servidores em todo o País, sendo 1.928 somente no período de janeiro a dezembro de 2010. No âmbito do Programa de Fortalecimento da Gestão Pública, em 2010 foram 544 Municípios contemplados e 4.775 servidores capacitados. Tal programa objetiva aprimorar a gestão dos recursos públicos pelos Estados e Municípios.

Paralelamente às ações de educação presencial desenvolvidas, foi criada, em 2009, a Escola Virtual da CGU, como um instrumento de promoção da cidadania, integridade pública e prevenção da corrupção, por meio da educação à distância. Só em 2010, 1.803 pessoas participaram dos cursos da Escola Virtual.

Para 2011, almeja-se ampliar a utilização dessas ferramentas, como forma de atingir maiores contingentes dos públicos alvos dos programas de capacitação e orientação: cidadãos, lideranças locais, conselheiros, servidores públicos, professores. Pretende-se, ainda, intensificar as ações de capacitação e orientação aos gestores federais, na busca da conscientização de que o controle é responsabilidade compartilhada de todos os níveis da Administração. Quanto aos gestores subnacionais, será intensificada a cooperação e assistência a Estados e Municípios, com ações voltadas para estruturação dos seus sistemas de controle interno, fortalecimento da gestão, promoção da ética e desenvolvimento de ações que garantam transparência e acesso à informação.

#### e) Ações de Ouvidoria

O Governo tem concentrado seus esforços na criação de ouvidorias federais contribuindo para o fortalecimento da cidadania. Dessa forma realiza ações encadeadas em duas frentes de atuação: a primeira de identificação, nas unidades de ouvidoria já existentes, da estrutura, funcionamento, recursos e necessidades com vistas a harmonizar as vias de comunicação, e os procedimentos básicos; e a segunda de estímulo à ampliação do segmento com a criação de novas unidades de ouvidoria nos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal.

Em 2010, foram realizados cinco cursos gratuitos de aperfeiçoamento, em cinco capitais brasileiras, para ouvidores e servidores de unidades de Ouvidoria Pública do Brasil, com participação franqueada a servidores de Estados e Municípios.

Foi priorizado, em 2010, o estreitamento de relações no plano internacional com os Provedores de Justiça de países lusófonos com a elaboração de documentos técnicos para a criação da Associação de *Ombudsman* das Comunidades dos Países de Língua Portuguesa, além do levantamento de assuntos de interesse comum para celebração de futuros acordos de cooperação e realização de visitas técnicas. Foi realizado também o 1º Fórum das Américas de Ouvidorias, Defensores e *Ombudsman* para discutir o tema Os desafios da participação cidadã no nosso continente.

O número de Ouvidorias no Poder Executivo Federal saltou de 40 unidades, existentes em 2002, para 165 unidades, em 2010, responsáveis pelo atendimento e solução do expressivo quantitativo de mais de três milhões de manifestações de cidadãos por exercício.

O Governo planeja, em 2011, continuar apoiando a implantação de unidades de ouvidoria nos ministérios que ainda não possuem unidades de atendimento ao cidadão; desenvolvendo ações para promover a conscientização dos entes do Poder Executivo sobre a utilização de informações das ouvidorias em seus planejamentos; e mantendo a grande aproximação com ouvidorias nacionais e seus congêneres internacionais.

A Ouvidoria do Servidor é um canal de comunicação direto com o servidor público federal. Atualmente, 20 órgãos públicos estão





operando *on-line* e foram recebidas mais de 6.000 mensagens, via Internet, no Portal [www.ouvidoriadoservidor.gov.br](http://www.ouvidoriadoservidor.gov.br) e centenas de cartas e outras formas de correspondências.

Em 2011, pretende-se elaborar proposta de Projeto de Lei sobre Assédio Moral e, em parceria com outras Ouvidorias do Poder Executivo, proposta de Projeto de Lei para regulamentar a existência das Ouvidorias Públicas, além da realização de fóruns e Encontro de Ouvidorias.

#### **f) Combate à Lavagem de Dinheiro**

Em 2010, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), unidade de inteligência financeira do Brasil, atuou em cooperação com autoridades envolvidas no combate ao crime organizado, à corrupção e aos crimes financeiros, visando à Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD/CFT). A atuação conjunta do Ministério da Fazenda, do Ministério Público e do Poder Judiciário viabilizou o bloqueio judicial de cerca de R\$ 6,0 milhões em contas-correntes e outras aplicações financeiras de pessoas que respondem a processos criminais.

O banco de dados do COAF, principal insumo para a elaboração dos Relatórios de Inteligência Financeira (RIF), alcançou a quantia de 4,3 milhões de comunicações de operações financeiras, reportadas pelos diferentes setores econômicos elencados na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998. Essa ferramenta possibilitou análise de 3.614 casos com a produção de 1.125 RIFs, em 2010, os quais se relacionaram a 49,7 mil comunicações de operações financeiras e 30,5 mil pessoas físicas ou jurídicas. Houve mais de 2,1 mil intercâmbios de informações com autoridades nacionais e estrangeiras envolvidas em ações de PLD/CFT e foram recebidas mais de um milhão de comunicações de operações financeiras.

Em 2010, sob a supervisão do COAF, foram imputadas multas no montante global de R\$ 881 mil, o que elevou o total de multas aplicadas desde 2004 ao montante aproximado de R\$ 3,6 milhões.

No âmbito da representação brasileira em organismos internacionais de PLD/CFT, o Governo participou das ações implementadas no Grupo de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro e o Financiamento do Terrorismo (GAFI), principalmente aquelas voltadas à coordenação do processo de Avaliação Mútua do Brasil. O Relatório Final de Avaliação Mútua do Brasil foi aprovado na Sessão Plenária do GAFI de junho de 2010. O relatório destacou a adequação do sistema brasileiro de PLD/CFT aos padrões internacionais, principalmente nos aspectos preventivos que envolvem a regulação dos setores econômicos, supervisão e aplicação de regras prudenciais e inteligência financeira.

Nesse Relatório, o GAFI recomendou o aperfeiçoamento normativo com vistas a aumentar a efetividade do sistema brasileiro de PLD/CFT. Nesse sentido, foi apontada a necessidade de revisão do marco regulatório, mormente no que diz respeito à tipificação do financiamento do terrorismo, à ampliação da efetividade de processos judiciais e ao aperfeiçoamento dos sistemas estatísticos, assuntos que serão prioridades em 2011.

Ainda em 2010, iniciou-se no âmbito do Bacen, a execução do Projeto de PLD/CFT, com os objetivos de: i) aperfeiçoar o processo de supervisão pela integração dos Departamentos daquele Banco nas respectivas atuações; ii) criar condições para atingir nível de excelência em assuntos relacionados ao tema PLD/CFT, com o propósito de estabelecer padrões de regulação e de fiscalização em linha com as melhores práticas internacionais; e iii) implantar sistema informatizado de apoio às áreas de supervisão em matéria de PLD/CFT.





### g) Combate aos Crimes Contra a Previdência Social

Em relação ao combate aos crimes contra a Previdência Social, foram deflagradas 67 ações em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público Federal (MPF), que resultaram em: i) 326 mandados de busca e apreensão; ii) 211 mandados de prisão; e iii) 13 conduções coercitivas. Os prejuízos estimados alcançam a cifra de aproximadamente R\$ 294,9 milhões.

## 8. Consultoria, Assessoramento Jurídico e Defesa Judicial da União

Advocacia-Geral da União (AGU) é a instituição que representa a União, judicial e extrajudicialmente, e tem como competência as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo.

A atuação consultiva da AGU é prestada por meio do assessoramento e orientação aos dirigentes do Poder Executivo Federal, suas autarquias e fundações públicas, com a finalidade de proporcionar segurança jurídica aos atos administrativos realizados, notadamente quanto à materialização das políticas públicas, à viabilização jurídica das licitações e dos contratos e, ainda, na proposição e análise de medidas legislativas como projetos de lei, de medidas provisórias, de decretos e de resoluções, entre outros, necessárias ao desenvolvimento e aprimoramento do Estado brasileiro.

A atuação contenciosa da AGU é levada a efeito por meio da representação judicial e extrajudicial da União. A representação judicial é exercida em defesa dos interesses da União em ações judiciais. A representação extrajudicial é exercida perante entidades não vinculadas ao Poder Judiciário, como órgãos administrativos da própria União, dos Estados ou dos Municípios.

Na defesa judicial de políticas públicas e interesses da União junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), destacam-se as seguintes ações:

- **ADPF nº 186 e RE nº 597285 - Política de ações afirmativas no ensino superior** – foi apresentada manifestação em defesa da constitucionalidade das políticas de cotas raciais e as reservas de vaga para alunos do ensino público em universidades federais;
- **ADPF nº 153 – Manutenção da Lei de Anistia** – a tese defendida, que foi vitoriosa, garantiu o entendimento de que a anistia concedida pela Lei nº 6.638/79 é ampla, geral e irrestrita, alcançando os crimes políticos e todos os demais que lhes são relacionados;
- **ADI nº 3944 - TV Digital** – a posição da União, defendendo que as regras atacadas não configuram nova outorga, foi acolhida pelo STF;
- **ADI nº 2182 – Lei de Improbidade** – a atuação judicial da União, que defendeu a Lei nº 8.429/1992, deu ensejo à improcedência do pedido formulado na ADI;
- **ADI nº 4439 – Liberdade de crença** - defendeu-se a constitucionalidade das normas que facultam o ensino religioso, de qualquer credo, nas escolas públicas, reforçando compromisso do Estado brasileiro com o pluralismo e o respeito à diversidade religiosa;
- **RMS nº 25.943 – fiscalização de verbas federais pela Controladoria-Geral da União (CGU)** - garantiu-se a constitucionalidade do ato do Ministro de Estado Chefe da Controladoria Geral da União que determinou a realização de sorteio





público com a finalidade de selecionar 60 Municípios com população de até 500 mil habitantes para serem objeto de processo de fiscalização quanto à aplicação de recursos federais, decorrentes de transferências voluntárias;

- **MS nº 27622 e outros – Unidades de Conservação Ambiental:** assegurou-se a legalidade do decreto presidencial que criou o Parque Nacional Mapinguari, nos Municípios de Canutama e Lábrea (AM); e
- **ADI nº e 4403 – Nova lei do mandado de segurança** - defendida a tese de que a nova disciplina do mandado de segurança aprovada pelo Congresso Nacional é plenamente compatível com o princípio da isonomia e com a atuação indispensável do advogado, previstos na Constituição Federal.

No exercício da representação judicial e extrajudicial da União, em matéria fiscal, o Governo reverteu e consagrou, no ano de 2010, diversas teses jurídicas que consolidaram os resultados obtidos em anos anteriores, com destaque para a atuação contenciosa no âmbito dos Tribunais Superiores e no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

A definição de controvérsias em matéria tributária, com resultado positivo para as teses defendidas pela Fazenda Nacional, resultou na manutenção da receita corrente de tributos, na recuperação de créditos tributários inadimplidos e na redução da despesa com pagamentos de precatórios judiciais e com compensações tributárias resultantes de condenações impostas à Fazenda Pública, o que auxiliou a manutenção do superávit primário das contas públicas sem prejuízo aos programas de investimentos e sociais do Governo Federal.

Assim, no ano de 2010, o STF julgou favoravelmente à União a questão relativa à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e à Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF) incidentes sobre as receitas decorrentes de exportações (RE nº 564.413 e RE nº 474.132), cuja estimativa de impacto financeiro era da ordem de R\$ 36,0 bilhões, para o período de 1996 a 2008.

Outro importante julgamento concluído favoravelmente à União diz respeito à impossibilidade de creditamento, pelas empresas, do IPI na aquisição de produtos isentos (RE nº 566.819), confirmando entendimento que já restava jurisprudencialmente consolidado quanto a créditos presumidos na aquisição de insumos não tributados ou sujeitos à alíquota zero. Com relação à atuação judicial no âmbito dos Tribunais Superiores em matéria tributária, cabe ressaltar diversas teses revertidas a favor da União, em sede de Recursos Repetitivos, no Superior Tribunal da Justiça (STJ), como: i) o reconhecimento da ilegitimidade do contribuinte de fato para pleitear a repetição de indébito do Imposto sobre Produtos Industrializados (RESP 903.394/AL); ii) reconhecimento da possibilidade de alteração do valor constante na Certidão de Dívida Ativa, quando configurado o excesso de execução, em razão de declaração de inconstitucionalidade parcial de tributo, desde que a operação importe meros cálculos aritméticos, sem que seja necessária a extinção da execução fiscal (RESP 1.115.501/SP); e iii) reconhecimento de que a alienação de bens pelo devedor já configura fraude à execução após a mera inscrição em Dívida Ativa do crédito tributário (RESP 1.141.990/PR).

O Governo Federal também acompanhou, em 2010, aproximadamente 32 medidas judiciais sobre a Copa do Mundo FIFA 2014, bem como 128 medidas judiciais consideradas estratégicas, com destaque para as seguintes atuações:

- **UHE Jirau** – garantida a atuação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) como órgão licenciador, demonstrando a higidez do processo de licenciamento ambiental (50 medidas judiciais);
- **UHE Belo Monte** – assegurada a legalidade do processo de licenciamento ambiental da hidrelétrica, e viabilizado o leilão para concessão da exploração elétrica da usina;





- **UHE Foz do Chapecó** – garantiu-se a emissão de Licença de Operação da usina e, como consequência, o funcionamento e a geração de energia elétrica;
- **UHE Teles Pires e UHE Couto Magalhães** – assegurou-se a realização das audiências públicas, evitando a suspensão do processo de licenciamento ambiental das hidrelétricas;
- **Trem de Alta Velocidade (TAV)** – assegurada a realização das audiências públicas para discutir o empreendimento; e
- **Ferrovias de Integração Oeste-Leste** – demonstrada a higidez do processo de licenciamento ambiental dos órgãos governamentais, bem como garantida a realização da licitação.

Além disso, destaca-se a atuação da AGU por meio do Grupo Permanente de Combate a Corrupção que em 2010 propôs 2.147 ações de execução de julgados do TCU, e 1.559 ações civis públicas, de improbidade administrativa e de ressarcimento (ajuizamento ou intervenção), cujos valores somam R\$ 2,7 bilhões. Ainda como resultado do trabalho do Grupo Permanente em 2010 foi decretada a indisponibilidade de R\$ 582,6 milhões em bens e valores e houve o efetivo recolhimento de R\$ 491,2 milhões ao erário.

Por fim, no que concerne à atividade consultiva, destaca-se, o cadastro de 117.766 manifestações jurídicas, englobando pareceres, notas, despacho de teor jurídico e cotas, destacando-se os pareceres que limita a aquisição de terras brasileiras por estrangeiros e que reconhece a união homoafetiva para fins previdenciários. Além disso, houve a atuação em 20 conciliações totalizando economia de mais de R\$ 20 milhões aos cofres públicos, além de realização de 192 reuniões de conciliação e de abertura de 154 novos procedimentos conciliatórios.

